



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**Mariana Collette Piai Ersina**

**A IIRSA como reflexo da crise estrutural do capital na  
América do Sul.**

**Dourados - MS**  
**2018**

**Mariana Collette Piai Ersina**

**A IIRSA como reflexo da crise estrutural do capital na  
América do Sul.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelem Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof (a) Dr<sup>a</sup> Maria Gabriela Guillén Carías.

**Dourados – MS  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

E73i Ersina, Mariana Collette Piai

A IIRSA como reflexo da crise estrutural do capital na América do Sul. [recurso eletrônico] / Mariana Collette Piai Ersina. -- 2018.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Maria Gabriela Guillén Carias.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Crise estrutural do capital. 2. América Latina. 3. Integração Regional. 4. IIRSA. I. Carias, Maria Gabriela Guillén. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 27 de novembro de 2018, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Mariana Collette Piai Ersina** tendo como título “**A crise estrutural do capital modelando as dinâmicas econômico territoriais na América do Sul. IIRSA: a grande plataforma de exploração e escoamento**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dra. Maria Gabriela Guillen Carias (orientadora), Dr. Hermes Moreira Júnior (examinador) e Dra. Roberta Traspadini (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: considerado com potencial para pesquisa futura.

Assinaturas:

**Dra. Maria Gabriela Guillen Carias**  
Orientador

**Dr. Hermes Moreira Júnior**  
Examinador

**Dra. Roberta Traspadini**  
Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Nesse espaço do trabalho agradeço aos meus pais que com muita dedicação não mediram esforços para que eu pudesse ter uma educação crítica e de boa qualidade. Agradeço pelas diárias ligações às 22:45 e pelos seus imensuráveis interesses em fazer parte da minha vida. Agradeço a minha irmã por compartilhar comigo tamanha intensidade de sentimentos e por ser responsável por uma série de momentos memoráveis quando estamos juntas. Agradeço aos professores da FADIRI que se esforçaram para nos entregar aulas estimulantes e de grande qualidade, em especial agradeço aos professores Hermes e Matheus por me propiciarem mais que conteúdo presente nos planos de ensino, mas também uma amizade. Agradeço ainda aos técnicos e funcionários terceirizados da unidade que mantiveram as estruturas do prédio e burocráticas de pé para que pudéssemos nos dedicar aos estudos. Agradeço enormemente a minha professora e orientadora Maria Gabriela e a Professora Judite pela amizade, por todos os momentos de descontração e todas as conversas que tivemos, cada uma delas me fez repensar o mundo, vê-lo com outros olhos. Gostaria de agradecer ao Albano Pimenta por ser meu primeiro chefe e por dividir comigo quilos de pão de queijo e seu conhecimento de audiovisual. E por fim agradeço aos meus queridos amigos que dividiram esses lindos e emocionantes anos comigo e as pessoas incríveis que passaram em minha vida e deixaram lindas marcas. Obrigado a todos.

*“Eu estava sobre uma colina e vi o velho aproximando, mas ele vinha como se fosse o novo, disfarçado.*

*Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado.”*

*Bertolt Brecht*

## **Resumo**

A história do capitalismo na América Latina é marcada pelo derramamento de sangue dos povos originários, pela escravidão e pela superexploração dos trabalhadores. Desde a chegada de Colombo, o subcontinente latino americano foi palco de reconfigurações geográficas, políticas e econômicas que se deram em consonância com as necessidades da reprodução do capitalismo. Ironicamente, em 2000, a Primeira Cúpula dos Presidentes Sul Americanos, que comemorava os 500 anos do “descobrimento” da América, foi apresentada a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA). Com um discurso de construção de infraestrutura para gerar desenvolvimento econômico e sustentável, esse megaprojeto de infraestrutura tem reconfigurado política, econômica e geograficamente o subcontinente para atender as demandas da reprodução do sócio metabolismo do capital que entrou, desde 1970, num contínuo de crises derivado do acirramento de suas contradições mais intrínsecas.

Na busca por compreender de maneira radical o que é esse megaprojeto e quais são suas consequências para o subcontinente, em especial para as populações originárias, comunidades campesinas e para a classe trabalhadora sul americana, temos como objetivo analisar de maneira intensiva a IIRSA articulando-a com as dinâmicas locais, internacionais e o modo de produção capitalista que a partir de 1970 entra no que Istvan Mészáros chamou de crise estrutural do capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise estrutural do capital; América Latina; IIRSA; capitalismo.

## **Abstract**

The history of Latin American capitalism is marked by the indigenous people bloodshed, by slavery and by overexploitation of the workers. Since Colombo's arrival, the Latin American subcontinent has been the scene of geographic, political and economic reconfigurations that were in accordance with the needs of the reproduction of capitalism. Ironically, in 2000, the first reunion of South American Presidents, which celebrated the 500<sup>th</sup> anniversary of America's "discovery", was presented with the South American Regional Integration Initiative (IIRSA). With an infrastructure-building speech to generate economic and sustainable development, this infrastructure megaproject has, once again, politically, economically and geographically reconfigured the subcontinent to meet the demands of the reproduction of capital's social metabolism which has, since 1970, entered a continuum of crises derived from the intensification of its most intrinsic contradictions.

In the search to understand radically what this megaproject is and what its consequences are for the subcontinent, especially for the native populations, peasant communities and the South American working class we aim to analyze the Initiative in an intensive way, articulating it with the local and international dynamics and the capitalist mode of production which, from 1970 onwards, enters into what Istvan Mészáros called the structural crisis of capital.

**Key words:** Structural crisis of capital; Latin America; IIRSA; capitalism.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
DESENVOLVIMENTO.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61

## INTRODUÇÃO

Durante 60 dias e ao longo de 600 quilômetros cerca de 400 indígenas marcharam da cidade de Trinidad até La Paz, na Bolívia, em oposição a construção de uma rodovia, que formava parte de um megaprojeto de infraestrutura que cortaria longitudinalmente o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore, (TIPNIS). Essa movimentação popular irrompe no ano de 2011 quando o governo de Evo Morales anuncia a obra com um discurso de promoção de desenvolvimento integrando as regiões de Beni e Cochabamba.

Esta região está no meio do caminho entre os produtores brasileiros rondonienses e as suas saídas para o mercado asiático, no Pacífico, em especial no Chile. E ainda, localizada na Amazônia, conta com vultuosas florestas, uma enorme biodiversidade e expressivos bens naturais de toda ordem. Os indígenas que ocupam esse território, que foi alcançado através de uma intensiva luta, se opõem ao projeto, pois a construção da rodovia traz no banco de carona dinâmicas extrativistas e a exploração desse território por cocaleiros, pelos mineiros, madeireiros e petroleiros pode significar desde a perda do território até a sua extinção.

No sul do Peru a construção da hidrelétrica de Inambari levou nos anos de 2009 e 2010 manifestantes a bloquearem pontes, tomarem universidades e apedrejarem prédios públicos, para impedir a implementação deste projeto. Essa hidrelétrica teria um potencial produtivo de 2mil MW e segundo Zibechi a construção da sua represa implicará a retirada de cerca de 15 mil pessoas de suas terras, “Além disso, colocará em grave risco o Parque Nacional Bahuaja-Sonene” (ZIBECHI, 2014, p. 31)

Esses são apenas dois exemplos retirados da enorme pilha de projetos de infraestrutura pensados para o subcontinente e inseridos na carteira de projetos do IIRSA/COSIPLAN que tem como lógica uma visão utilitarista da natureza e dos seus habitantes e que visa o desenvolvimento a partir de um ferrenho neoextrativismo dos recursos naturais que tem reconfigurado econômica, social e geograficamente o subcontinente.

O objetivo geral deste trabalho é apropriar-se aprofundadamente das categorias marxistas e da teoria de Mézáros acerca da crise estrutural do capital para alcançar uma compreensão fundamentada do caráter desta Iniciativa de Integração Regional Sul Americana e seus efeitos no subcontinente e para a classe trabalhadora sul americanos na

busca da contestação de discursos progressistas que visam o impulso do IIRSA como modelo de desenvolvimento dos países latino-americanos.

Para alcançar o objetivo geral do projeto, buscaremos traçar os nexos causais entre a IIRSA, o atual *modus operandi* do capitalismo nos países centrais e na América Latina, a doutrina econômica neoliberal, o papel do Estado na acumulação capitalista, a crise estrutural do capital e seus fenômenos decorrentes como a inversão da taxa de utilização decrescente.

É importante destacar que este estudo está num estágio inicial e neste momento nosso interesse está em apresentar os nexos causais entre as dinâmicas citadas.

O nosso interesse na realização deste estudo está completamente vinculado a posição política que carregamos e à realidade que nos cerca. A proposição deste trabalho é contribuir de alguma maneira para a emancipação humana, que só pode ser alcançada através de um rompimento com o modo de produção capitalista. A IIRSA aparece nesse contexto como mais um fenômeno que expressa o momento particular do capitalismo descrito por Mézários como crise estrutural do capital. A crise estrutural atinge os países centrais e a periferia de maneira muito distinta e a IIRSA escancara qual é o papel da América do Sul nesse cenário de crise contínua. Sendo assim, esse projeto deve ser analisado com cuidado para que não o confundamos com um projeto que tem por finalidade melhorar a situação da maioria dos sul americanos. Também é de nosso interesse visualizar como projetos como este desenharão qual será o papel do continente e conseqüentemente o papel da classe trabalhadora desses países periféricos na divisão internacional do trabalho. Para além disso, este estudo tem intuito de denunciar as atrocidades que o capitalismo tem perpetrado às populações indígenas e camponesas, através de projetos como este em questão.

A partir destas motivações, iniciamos a escrita da pesquisa. Apresentamos os nexos causais entre a IIRSA, a teoria do valor de Marx, o atual *modus operandi* do capitalismo nos países centrais e na América Latina, a Crise Estrutural e seus fenômenos decorrentes que novamente nos levarão a discussão da IIRSA e de seu papel na acumulação do capital em favor dos grandes monopólios e os impactos para a classe trabalhadora da América do Sul.

## DESENVOLVIMENTO

A Iniciativa de Integração Regional Sul Americana (IIRSA) foi articulada em agosto de 2000 na Primeira Reunião de Presidentes Sul-americanos, sediada em Brasília. Convocada pelo então presidente brasileiro em exercício, Fernando Henrique Cardoso, a reunião foi composta pelos governantes dos 12 países da América do Sul. Ali, a IIRSA foi apresentada como uma grande necessidade para o desenvolvimento regional do subcontinente. O Parágrafo 39 do “Comunicado de Brasília”, documento elaborado durante a reunião, é muito claro ao enfatizar a criação e ampliação de infraestrutura física com a finalidade de promover uma alavancagem socioeconômica da região austral, do Sul, do continente americano.

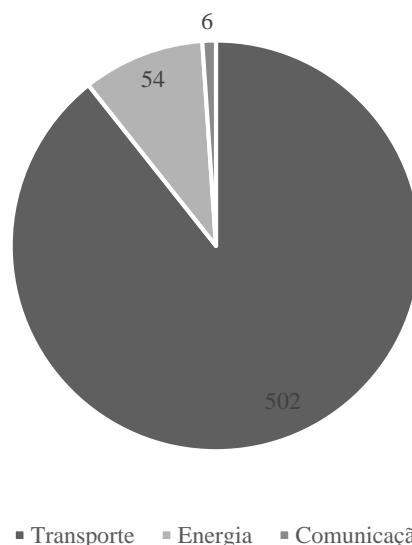
Os mandatários da região tomaram nota, com especial satisfação, do Plano de Ação para a Integração da Infraestrutura Regional na América do Sul (em anexo), que contém sugestões e propostas, com um horizonte de dez anos, para a ampliação e modernização da infraestrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social para o futuro espaço econômico ampliado da região, tendo presente, em particular, a situação dos países que enfrentam dificuldades geográficas para ter acesso por via marítima aos mercados internacionais. O referido Plano de Ação, elaborado pelo BID, valeu-se amplamente de contribuições da CAF e contou ainda com subsídios de outros organismos regionais relevantes e dos países sul-americanos. (Comunicado de Brasília, 2000, parágrafo 39)

Trata-se de um megaprojeto de infraestrutura apresentado como estimulador da integração regional e de desenvolvimento nos âmbitos político, econômico e sociocultural da América do Sul.

A iniciativa é anunciada pelos seus idealizadores como um grande vetor do progresso e de desenvolvimento e busca criar uma metodologia e projetos de obras de infraestrutura que conectariam objetiva e fisicamente as mais importantes regiões econômicas do subcontinente. Esse esforço se daria no sentido de minimizar os custos de logística, produção e circulação de produtos através da realização destas obras infraestruturais no que tange o setor dos transportes, energético e comunicativo. Dentre estes projetos, segundo documentos oficiais de 2017 disponíveis na plataforma do COSIPLAN, 153 projetos já foram concluídos e outros 409 estão em processo de implementação, distribuídos desde a etapa de estudo até a de execução. O setor de transportes recebe 502, dos totalizantes 562, projetos, o setor de energia recebe 54 projetos, enquanto comunicação conta com 6 projetos. Desses expressivos 502 projetos de transportes 258 são de transporte rodoviário. Toda essa energia seria empregada para intensificar o movimento de exportação, em ambas as direções, intra e extrarregional.

Gráfico 1 – Número de projetos distribuídos pelos setores

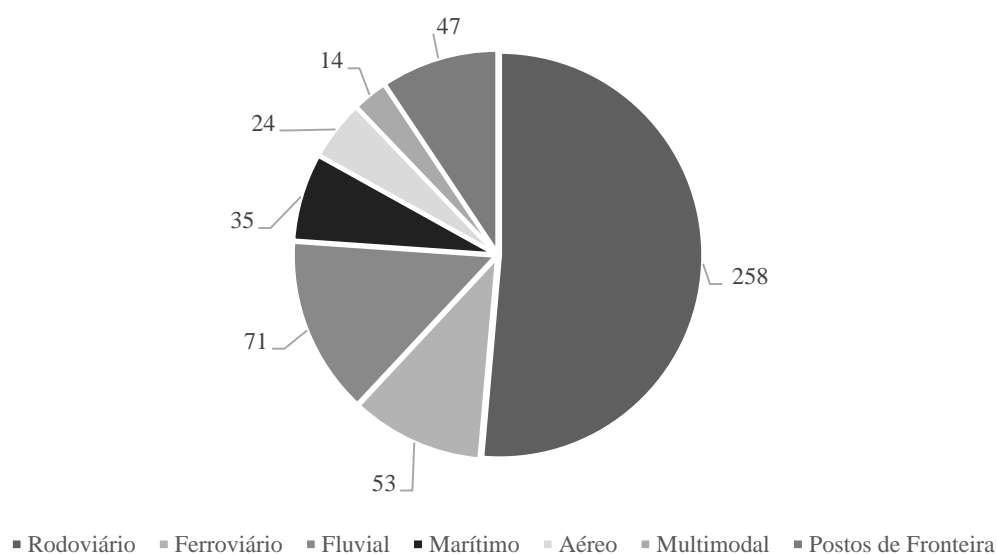
## Número de projetos distribuídos pelos setores



Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados da Carteira de projetos da IIRSA/COSIPLAN de 2017.

Gráfico 2 – Número de projetos distribuídos no subsetor de transportes

## Projetos distribuídos no subsetor de transportes



Fonte: Elaboração nossa, a partir de dados da Carteira de projetos IIRSA/COSIPLAN de 2017.

Para além do aumento dos números referentes à exportação, os documentos oficiais, anunciam como objetivos da iniciativa a promoção do desenvolvimento com qualidade ambiental e social, o impulso à competitividade e à sustentabilidade das economias dos países sul-americanos.

A IIRSA aparece – no sentido da categoria marxiana [*erscheint*]<sup>1</sup> – como um grande empreendimento capaz de elaborar uma nova dinâmica para os países da América do Sul na Divisão Internacional do Trabalho alterando, através da construção desses meios físicos, a posição desses países que se comprometeram a inserir em suas agendas políticas nacionais esse ambicioso projeto configurado em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID).

A retórica da construção desse modelo dividido em Eixos foi articulada sobre a premissa de que cada um desses Eixos receberia projetos singulares, específicos, de acordo com as suas virtudes econômicas e estratégicas territoriais. Além disso, suas configurações espaciais foram pensadas de modo com que se formem áreas de interconexão entre Eixos que possibilitem, de fato, o fluxo de mercadorias e pessoas.

No entanto, uma investigação um pouco mais minuciosa da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana que consiga, apreender as suas relações histórico-sociais e conectar a sua existência às dinâmicas locais, regionais e internacionais do capital, poderá romper com essa análise superficial e cínica de promoção de progresso a partir da conexão de polos produtivos isolados pelas vultuosas barreiras geográficas existentes na região e enxergar o verdadeiro papel do projeto e seus reais objetivos.

Na literatura oficial da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana podemos observar como esta se configura em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, sendo 8 desses Eixos de orientação transversal e 2 de orientação vertical que se sobrepõe e se interconectam em determinados pontos. O que não aparece nesta literatura em questão é que estes Eixos foram criados desde o centro até as costas, e de acordo com Ana Esther Ceceña “tem um desenho centrífugo, extrativo, de expulsão de riquezas até os centros de demanda”. (CECEÑA et al., 2007, p 17, tradução nossa). Isso porque, de acordo com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), se busca através da iniciativa da IIRSA, “...construir um novo paradigma para o desenvolvimento da infraestrutura regional, sustentado sobre os requerimentos da demanda...” (FONPLATA, 2007, tradução nossa).

Pode ser constatado ao observar tanto as articulações políticas da IIRSA/COSIPLAN quanto os projetos de cada país e região – voltados majoritariamente para a construção de uma rede de comunicações para escoamento de commodities vitais para as indústrias dos países de capitalismo central – que a iniciativa está orientada

---

<sup>1</sup> Essa categoria marxiana expressa sumariamente um fenômeno da aparência que oculta a sua real essência.

predominantemente para atender as necessidades de acumulação dos grandes conglomerados monopólicos imperialistas.

Com a adoção da doutrina e política econômica neoliberais na região a partir de finais da década de oitenta, e sua manutenção ao longo dos primeiros cinco lustros do século XX - muito a pesar das tentativas de industrialização através do chamado paradigma neodesenvolvimentista adotado por muitos governos “progressistas” da região sul-americana, destacamos uma acentuada e progressiva tendência à desindustrialização e a reprimarização produtiva comum a estes países. Como afirmamos anteriormente este projeto busca transformar o território sul americano em uma plataforma de escoamento de commodities e de talhar, como bem destaca Ana Esther Ceceña, as novas veias abertas de América Latina em direção aos países imperialistas que sediam esses grandes capitais, com predominância dos Estados Unidos, que tem como bastião de dominação o continente latino-americano.

Cabe ressaltar que nosso entendimento de imperialismo não obedece a uma análise simplista na qual um só país é o hegemom imperialista no mundo, e sim a uma formulação que é capaz de apreender as complexidades do sistema sóciometabólico do capital em sua totalidade. Assim para nós o imperialismo é um sistema de grandes corporações e Estados que as sustentam, no qual, intrincadas relações econômicas e geopolíticas se determinam reciprocamente em função de um controle cada vez mais agressivo de territórios, bens naturais e mercados em escala global.

Nesse entendimento, é possível fazer um apanhado de todas as contradições entre essas duas dimensões tão importantes para os complexos mecanismos de acumulação de capital e de operação das cadeias produtivas nos territórios do subcontinente: não se trata apenas de capitais norte-americanos atuando na região, mas também de capitais de países como China, Japão, Alemanha, França, entre outros que usufruíram de um projeto como o IIRSA/COSIPLAN.

A crise estrutural do capital, decorrência do mais profundo acirramento das contradições do modo de produção capitalista, teorizada por Istvan Mészáros, filósofo húngaro, merece nesse momento do texto nossa atenção. É este mais profundo acirramento das contradições do modo de produção capitalista que cria barreiras para a realização da constante e crescente espiral de acumulação de capital, movimento que é indispensável para a sadia manutenção do próprio sistema econômico. Na crise estrutural do modo de produção capitalista “a dissipação destrutiva de recursos naturais e riqueza social se torna a condição objetiva da reprodução ampliada do capital”. (Mészáros, 2011,

p. 942). Isto porque o capital não vê no momento da realização das mercadorias distinção entre o consumo e a destruição. Mézáros nos atenta para o fato de que desde 1970 o constante inchaço dessa produtividade, em decorrência de fenômenos como a tendência à queda da taxa de lucro e a inversão da taxa de utilização decrescente, deixa de ser sinônimo de desenvolvimento humano. A produção, neste sistema econômico, não segue qualquer pressuposto moral ou ético e sua única orientação é voltada para a produção de valores de troca, grande imperativo deste modo de produção que inicia seu movimento de universalização e expansão no século XVIII.

A América do Sul, com seu grande potencial de bens naturais disponíveis à exploração, com suas grandes reservas de água, minérios, biodiversidade e petróleo, se torna um ambiente de valiosa importância para o Capital neste contexto de crise generalizada. É abastecendo essa produção destrutiva e completamente irracional, de produção de valores de troca e não objetos que satisfaçam as mais diversas necessidades humanas, que os países da região estão inseridos.

Para compreender como é que se dá a dinâmica irracional da qual falamos vamos empenhar energia para compreender como funciona o modo de produção capitalista, suas dinâmicas, contradições e crises, até conseguirmos entender o que é a crise estrutural do capital e como esta nova fase do capitalismo tem alterado não só as dinâmicas econômico territoriais do subcontinente americano, mas todas as esferas da nossa sociabilidade.

É na gênese do capitalismo, no momento em que se dá a subordinação do valor de uso pelo valor de troca, que observamos a passagem do modelo da produção de mercadorias orientada para satisfazer as necessidades humanas, para uma produção de mercadorias orientada para a produção de riqueza. Essa nova finalidade da produção deu origem a uma sociedade em que a mercadoria aparenta – no sentido da categoria marxiana [*erscheint*] – ser a fonte de toda a riqueza, e os indivíduos dessa sociedade se relacionam apenas através da sua mediação. Esses indivíduos passam a se relacionar com a mercadoria como um poder externo a eles, e esta se torna a mediadora de todas as relações sociais. O movimento de separação do homem de seus meios de produção, ou seja, seus meios de subsistência, (terra, matéria-prima, ferramentas de trabalho, etc.) não lhes deixa outra opção a não ser vender sua força de trabalho, situação que se torna o núcleo central da alienação que perpassa as relações entre os indivíduos no interior do modo de produção capitalista. Hoje, para toda a humanidade, as relações se dão exatamente desta forma, através da compra e venda de mercadorias fato que nos aparece como algo natural.



No entanto, essa é uma característica no modo de produção onde a mercadoria aparece ter esse papel central. No primeiro capítulo do livro “O Capital”, Marx nos apresentará que a mercadoria possui um duplo caráter. Que ela “é antes de tudo valor de uso, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (Marx, 2014, p. 113). O valor de uso de uma mercadoria é sua utilidade, utilidade esta que, como o autor aponta, não paira no ar, mas está condicionada, atrelada ao corpo de uma mercadoria. Marx segue apresentando que o valor de uso, sendo o corpo material da mercadoria, compõe o conteúdo material de toda a riqueza e na sociedade capitalista aparece de suporte material do valor de troca.

“O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo...” (Marx, 2014, p. 114). É ele quem compõe o segundo aspecto da mercadoria. No entanto, para ser possível que duas mercadorias de valores de uso distintos (ou seja, que possuam utilidades distintas) sejam trocadas entre si, deve haver alguma outra coisa no interior da mercadoria, que não é a utilidade ou suas características capazes de satisfazer as necessidades humanas, portanto não é valor de uso, e que ao mesmo tempo é conteúdo do valor de troca. Já que valor de troca é, segundo Marx, a proporção da troca de mercadorias de valor de uso distintos, ou seja, a relação quantitativa entre mercadorias distintas, e as trocas não se dão de maneira acidental e aleatórias, deve existir um conteúdo para esse valor de troca. Esse conteúdo é que possibilitará essas relações, ele será o elemento comum que permitirá o estabelecimento de relações de igualdade entre diferentes valores de uso e permitirá a troca. Essa terceira coisa, esse conteúdo expresso pelo valor de troca é o valor.

Prosseguindo na abstração, Marx vai buscar qual é a propriedade do valor que existe em comum no interior de todas as mercadorias que as torna equacionáveis, ou seja, igualáveis e relacionáveis. Essa substância do valor é o trabalho abstrato. É ele a particularidade comum à todas as mercadorias. Mas como pode haver um trabalho abstrato se todo trabalho (dispêndio de força humana) cria algo útil, cria valores de uso? A produção quando mediada pelo mercado é uma produção que tem como fim último a criação de valor de troca. Não é a necessidade humana que aparece como objetivo da produção. Logo o que se busca, ao produzir uma mercadoria, é obter o seu valor de troca. Nos últimos 40 anos esta cisão, ou seja, a produção de mercadorias destinada ao mercado para obtenção do valor de troca, a expressão do valor, tem sido levada até as últimas consequências.

Quando abstraímos do valor de uso, abstraímos o caráter útil da mercadoria, e assim, de quebra, todas particularidades do trabalho útil que foram desempenhadas naquela mercadoria. O trabalho abstrato se dá nesta forma de sociabilidade na produção de mercadorias para troca. Quando confrontamos diferentes valores de troca, todo o trabalho empenhado naquela mercadoria é reduzido de trabalho útil a trabalho abstrato. Ainda pode ser interessante trazer a definição de Sweezy acerca do trabalho abstrato para que não restem dúvidas quanto ao termo. Para ele, “O trabalho abstrato, em suma, é ... equivalente a “trabalho geral”. Trata-se daquilo que é comum a toda atividade humana produtiva. ” (Sweezy, 1967, p. 58). No volume 1 do livro *O Capital*, Marx esclarece o tema:

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de diferente qualidade; como valores de troca, elas podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter, portanto, nenhum átomo de valor de uso. Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes [Bestandteilen] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [Gallerte] de trabalho humano indiferenciado, i.e., de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. (MARX, 2014, p. 116)

O valor nos é apresentado por Marx como o elemento comum que possibilita a relação de troca entre diferentes valores de uso, sua substância é trabalho humano indiferenciado, abstrato, e sua grandeza, sua medida, é o tempo de trabalho socialmente necessário. Este último é o “tempo de trabalho requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com grau médio de destreza e intensidade de trabalho. ” (MARX, 2014, p. 117).

O valor, portanto, tem como substância o trabalho (humano indiferenciado) e como grandeza o tempo de trabalho (socialmente necessário). Vale ainda dizer, que valor e preço são coisas distintas, sendo preço, a expressão do valor que é medido em tempo de trabalho socialmente necessário. No entanto, Marx vai evidenciar que existem outros elementos que podem desestabilizar essa relação de equivalência entre valor e preço, como a disposição da concorrência, oferta e a procura por exemplo.

É muito importante que nos fique claro que é o trabalho que cria valor. Compreender a centralidade do trabalho é de extrema importância para que possamos entender como se dá o capitalismo.

O capitalismo surge na passagem da idade média para a idade moderna, no século XV, na Europa ocidental, na sua forma mais rudimentar, o capitalismo comercial. Impulsionado pelas grandes navegações e a maior conexão entre os mercados, o capitalismo comercial tinha como esquema geral o comércio de mercadorias. A circulação mercantil tomará a forma de  $D-M-D^+$  (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro Acrescido), o que significa dizer que os comerciantes, conquistavam seus lucros através da diferença entre os preços que pagavam pelos produtos e dos preços pelos quais os vendiam.

Estes comerciantes, no entanto, não estão ligados a atividade produtiva, fazem apenas o papel de ligação entre os espaços de produção no capitalismo mercantil, ou comercial. Nesta fórmula  $D-M-D^+$ ,  $D^+$  significa dinheiro acrescido de lucro, no entanto esse lucro não advém da criação de valor. A criação de valor só se dá a partir do trabalho, ou seja, não pode ser obtida na esfera da circulação, somente na produção.

Na esfera da produção o que se observa é a ascensão de uma minoria de artesãos e de camponeses que no decorrer de séculos pôde avançar sua produção das pequenas unidades familiares, para a manufatura, com a implementação do trabalho assalariado e da exploração do trabalho humano a partir da extração de mais-valia. O capitalismo industrial, então, passou a ter todas as suas características vitais disponíveis, sendo elas “um alto grau de desenvolvimento da produção de mercadorias e um correspondente aumento do papel dinheiro nas trocas” (NETTO e BRAZ, 2016, p. 98), além da constituição de “uma classe de homens que pudesse dispor de riqueza acumulada para comprar meios de produção e força de trabalho e uma classe de homens desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, tornada seu único bem, agora passível de compra e venda”. (NETTO e BRAZ, 2016, p. 98).

O capitalismo industrial, impulsionado pela acumulação de capital proveniente da sua fase anterior, pelas suas máquinas a vapor e pela violenta separação do trabalhador de seus meios de produção, pôde, pela primeira vez e de maneira geral, subordinar as necessidades sociais às necessidades do lucro. Isso porque ele se torna a base de toda realidade social. Um enorme contingente de pessoas passa agora a receber salários e a adquirir mercadorias através da intermediação do dinheiro, sendo inseridas, de maneira compulsória, em relações mediadas pelo mercado. Ou seja, é nesta quadra histórica que

um enorme contingente de seres humanos é excluído de todos seus meios de produção, instrumentos de trabalho (terra, ferramentas, etc.), e jogado ao mercado como outra mercadoria qualquer alimentando a dinâmica de acumulação do capital no modo de produção capitalista que se alicerça sobre a exploração do trabalho.

No capitalismo a reprodução social está subordinada aos imperativos alienados da produção do capital sempre em expansão, sem consideração de suas implicações para as necessidades humanas. Ou nas palavras de Marx “a produção aparece como objetivo da humanidade e a riqueza como objetivo da produção” (MARX, 2011). Essa inversão surge da separação de valor de uso do valor de troca, sob a supremacia deste último já que as limitações de uma produção ligada predominantemente à satisfação das necessidades humanas prejudicavam a produção incessante de novo valor, ou mais valor.

O capital é valor que se valoriza. Ele se move num movimento de espiral de acumulação e esse movimento pode ser explicado a partir da fórmula D–M–D’ (Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido de mais-valia). Nesse sentido o capitalista vai até o mercado com seu dinheiro, na forma de capital, adquire força de trabalho e meios de produção (mercadorias) e então volta ao mercado com novos valores de uso que transforma mais uma vez em capital. No entanto se esse capital que ele adquire no fim deste processo for igual ao montante gasto no seu início, não há sentido para a sua realização. Se o capitalista apenas recupera o dinheiro investido ele não lucra absolutamente nada, não pode continuar a realizar os investimentos iniciais da produção e não pode, dessa forma, se manter como capitalista. Por isso a fórmula deve terminar em D’, dinheiro acrescido de um mais-valor.

A fonte deste mais-valor é a capacidade de trabalho humana. Sweezy expõe o porquê dessa mais valia não ser fruto da esfera da circulação de maneira muito clara:

É evidente que a mais-valia não pode nascer do simples processo de circulação de mercadorias. Se todos tentassem colher lucro aumentando o preço, digamos que em 10%, o que ganhassem como vendedores perderiam como compradores e o único resultado seriam preços mais altos generalizadamente (SWEETZY, 1967, p. 89).

E também porque não deriva do material, matéria-prima ou maquinário, que participa do processo produtivo:

Parece também evidente que o material que participa do processo produtivo não pode ser a fonte de mais-valia. O valor que o material tem no início do processo se transfere para o produto em conclusão, mas não há razão para supor que possua o poder oculto de aumentar seu valor. (SWEETZY, 1967, p. 89).

Ou seja, o maquinário não pode produzir mais-valia, ele apenas pode transferir o valor nele contido. Logo o que nos resta neste processo é a capacidade de trabalho humana e como já resgatamos do pensamento de Marx, trabalho é a única fonte de valor.

Ao se deslocar até o mercado para comprar a mercadoria força de trabalho, o capitalista paga ao trabalhador um salário que corresponde aos gastos com os meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho. Ou seja, se para poder exercer seu trabalho o operário necessita gastar uma determinada quantidade com alimentação, moradia, vestuário, etc. esta será a sua remuneração. A mais-valia é a parte da produção que excede o pagamento destes gastos dos meios de subsistência do trabalhador. Para ficar mais claro, se um indivíduo trabalha 8 horas por dia numa fábrica, e em 2 horas produz um valor suficiente para pagar seus meios de subsistência, toda a produção realizada nestas 6 horas restantes é mais-valia, será expropriada pelo capitalista e convertida em capital, dinheiro, quando, de volta ao mercado, for consumida, comprada.

Essa capacidade de criar valor é a característica peculiar da mercadoria força de trabalho e que faz dela uma mercadoria especial. O segredo da produção capitalista está no fato de que “o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.” (NETTO, BRAZ, 2012, p. 113).

Esse novo valor criado pela força de trabalho, no entanto, não podemos chamar de lucro. D' é dinheiro acrescido de mais valia e este vai ser decomposto entre um novo gasto com as mercadorias força de trabalho e meios de produção para iniciar uma nova rodada da produção capitalista e o lucro do capitalista.

Para o capitalista se manter como capitalista, como personificação do capital, ele precisa investir parte deste dinheiro obtido na circulação na compra da mercadoria força de trabalho e meios de produção, ainda precisa dispender de certa quantidade de dinheiro em busca de inovações técnicas para obter, no mercado, vantagens sobre os seus concorrentes e acumular cada vez mais capital, apenas o que lhe resta no final desse seu reinvestimento é o seu lucro.

No capitalismo as relações entre os indivíduos se dão predominantemente, como já dissemos, a partir da troca de mercadorias. É nessa forma de sociabilidade, que imperam as relações mercantis, que os produtores trocam suas mercadorias exclusivamente por intermédio do mercado. Diferente das sociedades pré-mercantes, nas quais a produção é social desde o princípio, é o mercado que atribuirá o caráter social à produção privada. O mercado age nessa sociabilidade como mecanismo intermediário.

Esta produção privada não possui qualquer tipo de coordenação ou regulação *a priori* que defina as quantidades de mercadorias a serem produzidas. Pelo contrário, no capitalismo os produtores independentes não são subjugados a qualquer tipo de controle. A regulação se dá apenas *a posteriori*. E é essa dinâmica que possibilitará a eclosão das crises do modo de produção capitalista.

Por mais absurdo que possa parecer as crises não são disfunções do capitalismo, elas não são fenômenos anormais, não representam um “mal”, ou são resultados de políticas econômicas ou financeiras fracassadas como a teoria neoclássica argumenta.

Não existe capitalismo sem crise. As crises, na verdade, decorrentes da distância entre compra e venda possibilitada pela produção privada, intermediação do mercado e utilização do dinheiro, são próprias, intrínsecas, ao capitalismo e mais do que isso, realizam um papel importantíssimo na dinâmica de acumulação do capital de enxugar a abundância e possibilitar uma nova rodada de crescimento do capital. Como argumentam os autores do livro “A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes”:

A crise é inerente ao próprio funcionamento do sistema. E mais, tais situações são funcionais ao capitalismo, já que preparam o terreno para novas fases de desenvolvimento, que terão, por certo, seus problemas e suas contradições como fases do desenvolvimento capitalista. (FOLADORI, MELAZZI e KILPP, 2016, p.226)

Obviamente que a crise não é um fenômeno exclusivo do capitalismo, no entanto ela adquire um caráter muito distinto das crises que atingiam as sociabilidades anteriores a que vivemos. Antes das máquinas à vapor, inauguradas pela revolução industrial, essas crises tinham como principal característica a escassez. O fim do século XVIII trouxe consigo uma nova conjuntura, pela primeira vez o ser humano consegue produzir mais do que a humanidade necessita, pela primeira vez a oferta se torna maior que a procura. Assim, a produção mercantil, ou seja, intermediada pelo mercado, deixa de ser um estímulo para o desenvolvimento das forças produtivas, e a saturação do mercado (superprodução) dará início a uma situação oposta em que esta produção resultará em “atrasos” para o desenvolvimento das forças produtivas, esses atrasos, essas barreiras à acumulação do capital, são as crises cíclicas.

O capitalismo concorrencial, que se inicia no século XIX, também tem papel nessa dinâmica, isso porque exige que os capitalistas, incorporem cada vez mais tecnologias no processo produtivo para diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção de suas mercadorias e garantir assim uma maior acumulação no momento da realização. Essa pressão da concorrência por uma maior apropriação de mais-valia vai impulsionar a

adoção de tecnologias, ou de novos métodos de produção, para que os capitalistas, de maneira individual, consigam aumentar a produtividade, baratear assim os custos de produção e absorver, no mercado, um valor que é maior ao que de fato consiste em suas mercadorias. No entanto a concorrência fará com que os demais capitalistas, de maneira também individual, adotem mais tecnologias, invistam parte de seus lucros em inovação, para atingir as mesmas taxas de lucro deste capitalista inovador. E quando este novo método é generalizado, de acordo com José Paulo Netto e Marcelo Braz, “cai o preço de mercado e desaparece a vantagem obtida pelo capitalista inovador” (NETTO e BRAZ, 2016, p. 166). Aliado a isso, a incessante busca pela diminuição dos custos de produção junto à uma busca por uma mecanização do trabalho leva a uma transição da força de trabalho humana para a utilização de novos maquinários. Essa mudança traz serias consequências para a dinâmica de acumulação capitalista, os lucros totais das empresas podem até aumentar, mas a lucratividade vai diminuindo, o que Marx chamou de queda tendencial da taxa de lucro. Isso se dá pois, através da lei do valor-trabalho qual aponta como já dizemos, no trabalho como criador de valor, e para conseguir manter positiva a espiral de acumulação de capital os capitalistas devem produzir em escalas cada vez maiores criando assim cada vez mais um mercado saturado, um cenário de superprodução.

Os resultados catastróficos desse cenário de combinação da diminuição da taxa de lucro e da superprodução de mercadorias são:

a)os capitalistas mais débeis não suportam essa situação e são os primeiros a quebrar; b)diminuem os salários dos trabalhadores e aumentam o desemprego e o subemprego; c)os ritmos de produção (intensidade do trabalho) aumentam, já que os capitalistas estão ansiosos para compensar suas dificuldades, aumentando a produção, e porque os trabalhadores não tem alternativas senão aceitar estas imposições, se querem manter os seus empregos; d)o valor do capital constante diminui, seja porque há superprodução de maquinaria e matérias primas, seja porque se põe a venda os meios de produção das empresas falidas; e e) se concentram e centralizam os meios de produção (em mãos dos capitalistas mais fortes). (FOLADORI, MELAZZI e KILPP, 2016, p.225)

A cada momento de crise o grande capital engole o pequeno, a crise funciona como uma alavanca para um novo período de acumulação. Ela se converte em sua própria solução possibilitando a subida das taxas de lucro. A sucessão de diversas crises cíclicas pôde transformar o capitalismo concorrencial num capitalismo monopolista que vai ser marcada então pela centralização e concentração de capitais nas mãos destes grandes monopólios e na mudança do papel dos bancos.

Essa nova fase do capitalismo tem por característica a grande interferência que os monopólios passam a ter sobre os Estados. Aqui vai se tornar incontestável a relação inalienável de complementariedade entre Estado e capital. Mészáros, vai dizer que há uma conexão objetiva imanente entre a política e a reprodução das relações econômicas do capital. Isso porque o Estado é essencial para controlar as contradições produzidas pelo modo de produção capitalista.

A partir do fim do século XIX e início do XX o Estado passa então a intervir cada vez mais na economia afim de solucionar os problemas da superprodução e essas dinâmicas vão incitar a potencialização da crise. De maneira bastante sumária, pode-se dizer que a abundância vai ser elevada a patamares tão elevados que não poderá mais ser consumida. Mészáros vai apontar para este fenômeno como um contínuo de crise, ou seja, não há mais períodos em que se consome toda essa abundância gerando barreiras para a realização da espiral de acumulação do capital.

A crise estrutural do capital e a incessante busca por lucratividade das personificações do capital atingem o conjunto de países de maneira bastante distinta, pois o modus operandi do capitalismo atual, bem como a inserção dos países na Divisão Internacional do Trabalho se difere substancialmente nos países centrais e periféricos. Sobre a América do Sul, em função destes países se encontrarem em um local subordinado na divisão internacional do trabalho, a crise estrutural reflete no aumento da superexploração do trabalho, na desindustrialização e reprimarização econômica, e na expansão do neoextrativismo de todos os tipos de bens naturais disponíveis, com o subsequente aumento de conflitos agrários entre as populações que habitam os territórios, o capital local e transnacional.

A disjunção entre produção para satisfazer as necessidades humanas e a auto reprodução do capitalismo implica numa inversão da taxa de utilização decrescente das mercadorias, que é, segundo Mészáros,

A proporção variável segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de consumo rápido (por exemplo, produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam utilizáveis (isto é, reutilizáveis) por um período de tempo maior: uma proporção que obviamente tende a se alterar a favor dos últimos. (MÉSZÁROS, 2011, p.640).

O capital precisa, cada vez mais, diminuir a vida útil das mercadorias. Tornando-as descartáveis, para assim aumentar as possibilidades de realização, na circulação, do mais valor produzido pela mercadoria força de trabalho e auferir lucros. Dessa inversão da taxa de utilização decrescente, da necessidade de se produzir cada vez mais, decorrente



da queda tendencial da taxa de lucro, e da conseqüente necessidade de incitar o consumo, aparecem na periferia os fenômenos já citados da desindustrialização e a reprimarização da economia, o neoextrativismo e o aprofundamento da superexploração do trabalho.

América do Sul se insere nesse contexto, não como uma região predominantemente produtora de mercadorias com alto grau de tecnologia embutido no processo produtivo, muito menos como um vetor do que hoje comumente está sendo chamado de quarta revolução industrial, mas sim como uma região de economias dependentes, como criadora de valores que serão acumulados pelas grandes potências e como fornecedora de matéria prima para essa produção irracional e destrutiva.

A dependência, que acomete os Estados sul americanos, foco de nossa análise, se trata de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973). Para entendermos de fato a situação de dependência dos países do subcontinente se faz interessante recorrer as frutíferas análises dos teóricos marxistas da dependência sobre como se deu o processo sócio histórico de inserção dessas nações na economia mundial.

Desde as grandes navegações a América Latina já desempenhava um papel crucial na formação da economia capitalista, sendo cenário da realização da acumulação originária com a extração de metais e o tráfico de escravizados negros. O sistema colonial-exportador instaurado aqui financiou o início da manufatura europeia ao preço da drenagem de bens naturais diversos, em especial dos metais preciosos, da escravização e extermínio das populações originárias e dos escravizados negros. No entanto, o surgimento da grande indústria europeia, no século XIX, fez com que esses os países da América Latina fossem de maneira mais intensa incorporados à economia capitalista mundial. Ruy Mauro Marini atribui isso ao fato de que é com o “surgimento da grande indústria que se estabelece com bases sólidas a divisão internacional do trabalho.” (MARINI, 1973)

Para Vania Bambirra, o capitalismo se desenvolve em nossa região num momento em que o capitalismo mundial se encontrava em franca expansão e evolução, ela ainda aponta que

em função disso, assumiu formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependentes, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2015, pag. 33).

O que se constitui então no subcontinente sul americano, e em toda américa latina, é a formação de um capitalismo *sui generis* e essa afirmação é de extrema relevância para que não caiamos na falácia apresentada de que nesses países o que se constitui são sociedades pré-capitalistas, devido ao seu “atraso” em relação aos países centrais. “Atraso” este que é “consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial, e ao mesmo tempo, condição desse desenvolvimento nas grandes potencias capitalistas mundiais”. (BAMBIRRA, 2015, p. 44)

O padrão de reprodução do capital nas economias dependentes e nas grandes potenciais centrais se dão de maneira distintas. O grande desnível tecnológico entre os países dependentes e os países centrais, resultado da tardia inserção dos primeiros no modo de produção capitalista, foi o que tornou essa diferenciação não só possível, mas também necessária para a acumulação de capital nos grandes centros globais. Esse desnível possibilitou a existência de mecanismos de transferência de valor entre estes dois grupos de países.

E foram esses mecanismos que deram uma forma muito especial ao capitalismo latino-americano. Criou-se um capitalismo *sui generis*, típico da periferia, no qual parte da mais-valia (valor extra produzido pelos trabalhadores acumulado pelo capitalista, ou seja, não pago) produzida é acumulada no centro obstruindo a acumulação interna do capital, fazendo com que os capitalistas periféricos compensem essas perdas através da superexploração da força de trabalho de modo com que assim possam continuar realizando a espiral crescente de acumulação que, como já vimos, é o padrão de reprodução do capital em qualquer parte do mundo.

Esses mecanismos de transferência de valor se dão no plano do comercio internacional através da deterioração dos termos de troca e ainda na forma na remuneração do capital externo, seja ele produtivo ou especulativo.

No plano do comercio internacional essa transferência de valor se dá através da concorrência intersetorial e intrasetorial.

No primeiro caso a transferência de valores ocorre, pois, os países dependentes tem suas economias assentadas majoritariamente em setores com baixo valor agregado, ou seja, são especializados na produção de mercadorias que passam por processos produtivos mais simples, que envolvem menos tecnologia. O baixo grau tecnológico é acompanhado do emprego de uma grande quantidade de capital variável, o que significa que um número elevado da mercadoria força de trabalho é empregada no processo produtivo. Essa dinâmica, de uma composição orgânica do capital com baixo capital

constante em relação a um alto capital variável, ocasiona uma maior incorporação de valor a cada mercadoria individualmente. Valor este que, no entanto, será apropriado pelos capitalistas de outros setores mais produtivos que conseguem através de um maior incremento de tecnologias, baixar o valor de seus produtos abaixo do valor de mercado e, no momento em que se confrontam essas mercadorias, se apropriar desses valores produzidos pelos setores menos produtivos.

No caso da concorrência intrassetorial a transferência de valores decorre da mesma forma que a interssetorial, pelo baixo grau de desenvolvimento tecnológico adotado nos processos produtivos nos países dependentes em comparação ao alto grau de tecnologias empregadas nos processos produtivos das grandes potências globais, só que agora no interior de um mesmo setor. Parte dos valores aqui produzidos serão do mesmo modo acumulados pelos capitalistas que possuem uma maior produtividade consequência de uma maior aplicação de inovações tecnológicas em seus processos produtivos.

Desse desnível tecnológico, que implica os mecanismos de transferência de valor no plano do comércio internacional, resultará a conformação de dois polos inversos. E o polo em que estão situados os países da América Latina é parte intrínseca, substancial, do desenvolvimento capitalista no mundo. Isso porque uma massa crescente de mais-valia produzida nos países dependentes não faz parte da dinâmica de acumulação aqui na economia dependente, mas sim nas economias centrais. Carlos Eduardo Martins sintetiza bem essa questão quando aponta que

Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho. Essa integração é constantemente redefinida pelo centro, segundo as necessidades do crescimento mundial da composição técnica e orgânica do capital. (MARTINS, 1999)

No entanto não é certo, a partir destas afirmações, assumir que não há possibilidade de desenvolvimento para as economias dependentes. As personificações do capital, os capitalistas, destas economias condicionadas as economias centrais conseguem compensar essas perdas através da superexploração da força de trabalho. É possível que exista então, nas palavras de Gunder Frank, um desenvolvimento do subdesenvolvimento, seja através de achatamentos salariais, seja por meio de aumento das jornadas de trabalho, seja por um aumento da intensidade do trabalho sem a contrapartida de um aumento salarial. Ou seja, através de um aumento da taxa de mais-valia sem que a *pari passu* se de um aumento da produtividade média dessas economias.

No segundo caso dos mecanismos de transferência de valor temos a remuneração dos capitais estrangeiros que passam a influir nas economias dependentes latino-americanas com o processo de integração monopólica do capital no pós segunda guerra mundial. A tardia inserção do subcontinente ao capitalismo mundial, que trouxe como consequência um enorme desnível técnico, condenou a economia desses países a se especializarem em setores com um baixo grau de tecnologias. No entanto como veremos logo em seguida, alguns países conseguiram desenvolver um parque industrial, ainda que limitado, em seus territórios a partir da transferência de divisas do setor primário exportador que fora impulsionado pelo aumento da demanda europeia por matérias-primas no fim do século XIX. A implementação de um setor complementar implicou a necessidade de obtenção de um maquinário e essa necessidade foi suprida até 1945, de acordo com Vania Bambirra, através do comércio internacional. Ou seja, os capitalistas dos países dependentes buscavam no mercado internacional maquinário para a implementação de seus parques industriais utilizando dos capitais, das divisas, provenientes do setor primário exportador, o que configura um mecanismo de transferência de valores no plano do mercado internacional.

O que ocorre a partir de processo de integração monopólica é que esse maquinário não chega nos países dependentes na forma de maquinário-mercadoria e sim de maquinário-capital, “a relação já não é de compra e venda, mas de investimento estrangeiro.” (BAMBIRRA, 2015, p. 140). Essa penetração do capital estrangeiro no setor mais dinâmico da economia dependente traz consigo novos mecanismos de transferência de valor até o centro com o pagamento de juros, pagamento de royalties e grande parte dos lucros sendo enviadas ao exterior. Essa canalização de capitais até o centro bem como a canalização dos capitais reflexo da deterioração dos termos de troca intensifica o processo de superexploração do trabalho na economia dependente.

A superexploração passa assim a ser a base do regime de acumulação nos países dependentes, enquanto a mais-valia extraída da periferia remunera capitais mais produtivos, ou seja, que são capazes de produzir mais mercadorias num mesmo período baixando seus custos.

Desvelado o padrão de reprodução do capital na periferia será possível agora compreender como se deu o processo de industrialização nos países do subcontinente. Vania Bambirra, em sua obra “Capitalismo Dependente Latino-americano” faz um esforço muito relevante e necessário para “traduzir” como se deu a formação desse modelo de produção no subcontinente ao qual fazemos parte. Partindo de uma

metodologia marxista e da consideração do fenômeno da dependência, a autora empreende ânimo no estudo das manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se configuram no continente.

Para isso ela divide os países em dois grupos. Países de tipo A (como a autora chamou) seriam os países que tiveram, em maior ou menor grau, a montagem de um parque industrial antes da década de 1950, período em que se inicia, nas palavras de Vania, o processo de integração monopólica do capitalismo capitaneado pelos países centrais, em especial pelos Estados Unidos da América. E os países de tipo B que tiveram seus processos de industrialização apenas a partir do fim da segunda guerra mundial com o início do processo de integração monopólica do capitalismo.

Dentre os países de tipo A estão, Brasil, Chile, Argentina, México, Uruguai e Colômbia. Enquanto que os demais países configuram o grupo de países de tipo B.

Nos países de tipo A, a industrialização foi resultado da expansão do setor primário-exportador. O processo de industrialização nesses países, de maneira geral, se inicia no fim do século XIX impulsionado pelo avanço do setor primário exportador, que por sua vez foi bastante estimulado pela segunda revolução industrial ocorrida nos países centrais neste mesmo período.

A segunda revolução industrial impulsionou o setor primário exportador periférico desses países através da crescente demanda por matérias primas. A modernização desse setor – periférico exportador – para atender esta demanda externa ocasionou uma ampliação do mercado interno através da elevação da capacidade de absorção de mão de obra. Este mercado interno inchado, formado por trabalhadores assalariados, aumenta a demanda por todo tipo de mercadorias para satisfazer as suas mais variadas necessidades de subsistência, e essa demanda será estímulo para criação de setores complementares ao setor exportador.

Vale dizer que esses setores complementares se desenvolvem em função de uma demanda real que por sua vez gera novas demandas atingindo certo grau de dinamismo.

Apesar deste dinamismo, no entanto, é necessário esclarecer que esta nascente indústria “continuou sendo ali uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primeiros, que continuam, estes sim, o centro vital do processo de acumulação.” (MARINI, 1973)

A indústria dos países dependentes, é resultado então do desenvolvimento do setor exportador, ela surge do desdobrar das leis de movimento que o regem, e adquire certo dinamismo e independência.

A tardia integração da América Latina ao capitalismo, que submeteu a região à condição de dependente, devido ao elevado desnível técnico entre os territórios, no entanto, faz dessa independência do setor complementar uma independência relativa. Isso porque o setor primário exportador é a base da acumulação nacional nesses países e os capitais gerados nesse setor (fruto da superexploração do trabalho no campo) são transferidos direta ou indiretamente ao setor industrial (complementar) possibilitando sua manutenção e expansão. A indústria segue, portanto, subordinada ao setor exportador. “Enquanto o setor exportador é o setor econômico fundamental na sociedade, as possibilidades de expansão dos demais setores estão dadas por ele.” (BAMBIRRA, 2015, p.93)

Esse processo de expansão do setor complementar, industrial, será intensificado no período em que as grandes potências capitalistas estão concentradas nas disputas geopolíticas que marcaram as primeiras décadas da primeira metade do século XX, através de um processo de substituição de importações

gestam-se estímulos para a instalação de novas indústrias através da intensificação do processo de substituição das importações. Isso se deve também à demanda insatisfeita provocada pela restrição das importações, bem como à disponibilidade de divisas formada durante as duas guerras, que acentuam devido à expansão das exportações de alguns produtos, especialmente de matérias-primas latino-americanas para os países beligerantes. (BAMBIRRA, 2015, p.75)

Apesar da existência de um parque industrial nos países de tipo A, esses países não superam a condição de dependência. Já mostramos como as personificações do capital das grandes potências centrais podem absorver o valor criado na periferia. O desenvolvimento da industrialização desses territórios se deu de maneira subordinada ao imperialismo. A condição de dependência não possibilitou, em momento algum, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, resultasse num processo de redesenho da divisão internacional do trabalho nem neste momento histórico, nem após 1950 com a consolidação da integração monopólica mundial.

Os países de tipo B, por sua vez, são aqueles países em que não conseguiram implantar até 1950 um parque industrial em seus territórios. Vania Bambirra atribui essa situação ao fato de que nesses países

a penetração imperialista assumiu a forma de enclaves, as classes dominantes locais não exerciam um autêntico controle, ainda que, em alguns casos, mantivessem o controle relativo e limitado sobre alguns setores produtivos (setores agrícolas, por exemplo) ou sobre partes do processo produtivo. (BAMBIRRA, 2015 p. 110)

Esses países também acabaram se especializando no setor exportador primário, porém, diferente dos países de tipo A, o controle externo deste setor, chave da economia, estrangulou os estímulos à modernização dos setores complementares mesmo com a crescente demanda por matérias primas para abastecer a grande indústria europeia, fruto da segunda revolução industrial.

O controle externo do setor exportador não possibilitou que a classe dominante nacional conseguisse implantar, como nos países de tipo A, um parque industrial antes do processo de integração monopólica do capitalismo. As classes dominantes não puderam liderar um processo de transformação da base econômica nesses países pois como nos mostra Vania “O enclave não produz efeitos dinamizadores para a economia e sociedade em seu conjunto. ” (BAMBIRRA, 2015, p. 110). Os lucros desta produção não são incorporados por essas economias, muito pelo contrário, sua maior parte é absorvida pelo processo de acumulação das metrópoles.

Esta canalização de capitais impede que se inicie um processo de modernização da economia, ou seja, impede um desenvolvimento de um processo de industrialização através da transferência de divisas do setor primário exportador para setores complementares o que torna impossível que esses países sigam o mesmo caminho que seguiram os países de tipo A.

Vania nos esclarece que o processo de modernização “encontra seus limites, em todos os países de tipo B, na ganancia desenfreada do imperialismo” (BAMBIRRA, 2015 p. 108).

A história das burguesias nacionais latino-americanas vai se transformar a partir da década de 1950 com a nova fase de expansão imperialista que vai redesenhar o caráter da dependência no subcontinente.

Se antes da década de 1950 a dependência já existia e caracterizava, ao passo que limitava, a economia dos países dependentes, o que se gesta agora com o avanço do processo de integração monopólica do capital é um aprofundamento dessa “situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida” (SANTOS, 1970 apud BAMBIRRA, 2015, p. 38).

Esse aprofundamento da dependência, ironicamente, se deu em concomitância com o período em que se registrou os maiores números de crescimento da história das economias dos países latino-americanos que perdurou até meados de 1970. Crescimento esse provocado pela penetração de capital estrangeiro na forma de investimento externo

direto ou indireto. A penetração desse capital se deu pela necessidade de aumentar mercados, consequência do enorme avanço da produtividade no imediato pós-guerra, e aprofunda o caráter dependente dessas economias pois cria novos mecanismos de transferência de valores da periferia até os centros capitalistas. Vejamos como.

Nos países de tipo A, que tiveram um processo de industrialização baseada na transferência de divisas do setor exportador ao setor complementar, o que se realizou foi um processo de dominação dos setores mais dinâmicos da economia pelo capital externo. Isso se deu pois, como já vimos, na reprodução do capital temos que o capitalista precisa no início do processo produtivo ir ao mercado e trocar dinheiro por meios de produção, matéria-prima e força de trabalho, e até a década de 1940 os capitalistas periféricos recorriam ao mercado internacional para conseguir esses meios de produção. Essa dinâmica era essencial tanto para os capitalistas das economias dependentes como para os capitalistas das grandes potências centrais. Os capitalistas periféricos podiam então instalar seus parques industriais enquanto que os capitalistas dos países centrais realizam suas mercadorias e ainda executavam um processo de inovação tecnológica ao repassar para os países de economias dependentes maquinário com menor grau de tecnologia, obsoletos do ponto de vista das economias centrais.

No entanto, a partir do pós-guerra, altera-se em parte essa dinâmica. Aos capitalistas dos países centrais o investimento externo direto e indireto aparece como uma alternativa mais vantajosa. Se antes os bens de produção entravam nas economias dependentes como mercadorias adquiridas no comércio internacional, – o que como já apontamos possibilitava a transferência de parte dos valores criados na periferia para os países centrais – agora estes bens de produção, necessários para o desenvolvimento do setor complementar, chegam nas economias dependentes na forma de investimento estrangeiro, o que vai conduzir a uma agudização da dependência, pois criam-se assim novos mecanismos de transferência de valores.

Este capital estrangeiro passa então a dominar os setores mais dinâmicos da economia através do estabelecimento de multinacionais, se associando a capitais privados nacionais, e fundando novos setores nas economias dependentes. Essa dominação ocorre com facilidade devido ao desnível técnico entre as empresas estrangeiras e as empresas da economia dependente. As primeiras, devido ao seu desmedido desenvolvimento das forças produtivas, produzem mercadorias com menor valor embutido individualmente absorvendo no plano da concorrência valores de setores menos produtivos, dominando assim o mercado.



Além de contribuir para um processo de monopolização, concentração e centralização de capital, esse desenvolvimento industrial, talhado pelo capital estrangeiro, aprofunda a dinâmica da dependência pois, dos lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas nos países dependentes, boa parte retorna ao exterior, não fazendo parte, portanto, do processo de acumulação nas economias dependentes. A remessa dos lucros, bem como a remuneração do capital estrangeiro resultam numa descapitalização da economia que vai ser expressa nos déficits da balança de pagamentos. E o governo dos países dependentes na busca por suprir tais déficits contrai empréstimos, que por sua vez acarretam um aumento da dívida externa, o que causa mais descapitalização da economia, que vai levantar a necessidade por mais capital externo numa espiral sem fim. Tomemos o Brasil como exemplo para demonstrar com números a onda de capitais estrangeiros que se embrenharam em nossa economia. Segundo Villela, o investimento externo direto (IED) neste país passara de 340 milhões de dólares em 1951-1955 para 700 milhões de dólares em 1956-1960, e os números da dívida externa passaram de menos de 1 bilhão de dólares para a cifra de 3,4 bilhões de dólares em 5 anos, entre 1955 e 1960. Na América Latina, segundo Vania, esses números – de investimentos estrangeiros – registraram uma alta de 3,28 bilhões de dólares para 5,65 bilhões de dólares entre 1956 e 1960. Vania Bambirra nos alerta para a seguinte questão: “Em poucas palavras, pode-se dizer que os investimentos estrangeiros provocam uma descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros.” (BAMBIRRA, 2015, p. 143).

Essa descapitalização, bem como a dependência política dos países periféricos frente as potências hegemônicas, significou uma redução nas despesas públicas, especialmente nas políticas sociais, o que é traduzido como um grande prejuízo para a classe trabalhadora. Essas medidas de redução de gastos sociais aumentam a opressão dos trabalhadores no sentido de que os gastos com a reprodução de suas vidas aumentam sem que os salários sejam também aumentados. Sendo assim, esse mecanismo de transferência de valor também é compensado, na economia dependente, pela superexploração dos trabalhadores.

Nos países de tipo A, portanto, o processo de integração monopólica do capitalismo provocou uma enxurrada de capitais estrangeiros nos setores mais dinâmicos das economias, causando um aprofundamento da situação de dependência e a desnacionalização de setores chaves da economia. Nos países de tipo B, por sua vez, o aprofundamento da situação de dependência também é característica essencial dessa nova fase do imperialismo. Aqui, nesses países o capital estrangeiro penetrou com menor força

e foram destinados a países que possuíam um grau mínimo de industrialização já instalado. Nos países de tipo B, o processo de tomada de controle dos setores mais dinâmicos da economia se deu com menor esforço que nos países de tipo A. O capital estrangeiro já dominava o setor primário exportador, as classes dominantes possuíam recursos escassos para promover o desenvolvimento de um processo de industrialização completamente autônoma, e essa iniciativa tampouco podia partir do Estado que não acumulava grande quantidade de capital. Se deu nesses países, não um processo de desnacionalização dos setores mais dinâmicos, da indústria, mas sim um processo de implementação da indústria pelo capital estrangeiro de modo direto. O capital estrangeiro nas palavras de Vania

é um componente desde o início intrínseco a ela (industrialização), e portanto, não tem sentido falar de um processo de desnacionalização da indústria semelhante ao que ocorreu nos países de tipo A. As poucas indústrias nacionais existentes estão em condições de sobreviver somente enquanto algum moderno consórcio estrangeiro não esteja interessado em desaloja-la através das condições superiores de concorrência que dispõe. (BAMBIRRA, 2015, p. 169).

O capital estrangeiro nesses países foi indispensável então para a conformação de um desenvolvimento industrial porque desde sempre os setores chave já estavam em posse do capital estrangeiro e também porque o processo de substituição de importações não é automático, logo nos países de tipo B, esse processo não ocorreu, como nos países de tipo A, no período em que os países capitalistas centrais estavam focados nas disputas geopolíticas. No período entre guerras as economias dependentes de tipo B passaram por um amplo processo de estagnação e crise que fez com que demandassem no período posterior, pós 1950, uma grande quantidade de capital estrangeiro para aliviar os altíssimos déficits de suas balanças econômicas.

Apesar das diferenças na realização dos processos produtivos nos países de tipo B, Vania sintetiza que

De qualquer forma, nesses países a característica comum é a instalação de indústrias manufatureiras sob as seguintes condições: 1) com o controle direto do capital estrangeiro; 2) partindo de um nível tecnológico muito elevado, que corresponde aos penúltimos níveis alcançados pelo desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas desenvolvidos; 3) com um alto controle monopólico dos mercados; 4) nos ramos produtivos nos quais os níveis de rentabilidade podem ser mais elevados, sem considerar as propriedades sociais e nacionais básicas. (BAMBIRRA, 2015, p. 172)

Essa nova dinâmica que se instaura nos países dependentes, todas as transformações políticas e econômicas que se estabelecem no subcontinente, devem ser compreendidas como consequência então dessa nova fase do capitalismo, de integração

monopólica. Toda essa concentração de conhecimento, tecnologias e capital oriundas do fim da segunda guerra mundial, que pôde dar fim à crise de 1929 demandou a abertura de novos mercados e a criação de novos mecanismos de transferência de valor para a realização da espiral crescente de acumulação de capital.

A América Latina em sua condição dependente teve assim sua economia condicionada às necessidades das economias centrais. O processo de industrialização, nos dois grupos de países, mas principalmente nos países de tipo B, não foi articulado para responder às demandas básicas da população e muito menos promover uma alteração da divisão internacional do trabalho, o que se deu foi uma mundialização do capital em busca de novas possibilidades de acumulação.

No entanto essa configuração vai ser transformada na década de 1970, com o fim dos "anos dourados" do capitalismo. E mais uma vez, transformações políticas, econômicas e até territoriais acontecerão nas economias latino-americanas respondendo às demandas e necessidades de expansão e acumulação do capital. Nas palavras de Jaime Osorio, “Nas últimas décadas do século XX, a América Latina assistiu a uma grande transformação econômica, cujo fundo eram as mudanças propiciadas pela crise capitalista do fim dos anos 1960. ” (OSÓRIO, 2012). Essa transformação vai ser marcada pela ruptura com o padrão industrial que buscou-se consolidar desde 1930, e pela adoção do “novo” padrão exportador de especialização produtiva. Observa-se nos territórios sul americanos então um processo de desindustrialização e reprimarização da economia como podemos observar através de dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que demonstram que a participação dos produtos manufaturados no Produto Interno Bruto dos países latino americanos caiu de 21.7% em 1970, para 13,7% em 2014<sup>2</sup>.

As economias latino-americanas como acertadamente propõe Vania Bambirra sempre estiveram condicionadas às demandas externas. O acirramento das contradições do capital que inauguram na década de 1970 esta nova fase do capitalismo, de crise continua, caracterizará esse novo momento das economias dependentes latino americanas.

---

<sup>2</sup> Apesar dos números trazidos pela UNCTAD é importante destacar que não há um consenso a cerca da ocorrência do fenômeno da desindustrialização nas economias que possuem uma matriz exportadora composta principalmente por commodities, como é o caso dos países latino americanos. A transformação das cadeias produtivas dessas mercadorias, a mecanização do campo, abre espaço para o debate. Essa discussão esta longe de ser esgotada e nosso interesse consiste em apenas aponta-la.

Em decorrência da principal contradição do capital, da subordinação de valor de uso pelo valor de troca, e da produção ser orientada para satisfazer as necessidades da acumulação capitalista, nunca as necessidades humanas, o constante aumento da produtividade aparece como uma dinâmica intrínseca do capital, já que este só pode existir, enquanto é valor que se valoriza.

Já vimos como as personificações do capital, precisam no fim de cada ciclo da produção realizar suas mercadorias e reinvestir parte do lucro da produção, fruto da exploração do trabalho, num progresso técnico afim de auferir vantagens no plano da concorrência. Esse progresso técnico gera um aumento da produtividade, que significa produzir mais mercadorias num mesmo intervalo de tempo, que possibilitaria a esses capitalistas explorar uma mais-valia relativa e ganhos na circulação.

Produzindo um quantum de mercadorias abaixo do tempo socialmente necessário, ou seja, abaixo do valor de mercado, os capitalistas mais produtivos conseguem absorver mais valor do que foi produzido em seus processos produtivos. Por isso, a busca pelo aumento da produtividade é um objetivo permanente dos capitalistas, tanto para absorver os valores no plano da concorrência, quanto para que outros capitalistas não absorvam seus valores na contramão do processo.

Como bem aponta Mészáros, os avanços na produtividade alteram, no curso da história, o padrão de consumo dos seres humanos, bem como a proporção variável do tempo em que esses mesmos seres humanos dedicam à produção de bens de consumo rápido e bens de consumo utilizáveis por um maior período de tempo. Proporção esta que tende a aumentar em favor dos reutilizáveis. “A proporção variável da atividade produtiva a ser dividida entre bens imediatamente “utilizados” e “reutilizáveis”, a favor dos últimos, é uma característica intrínseca do avanço produtivo.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 640).

Essa proporção variável é chamada de taxa de utilização decrescente. No entanto sua vertente no capitalismo avançado se mostra completamente invertida. A constante necessidade de reprodução, a qualquer custo, do capital, na busca por suplantar todas as barreiras à sua acumulação, inverte essa proporção pois a operatividade do sistema do capital é a lucratividade.

A necessidade humana não aparece como objetivo da produção no capitalismo, “é esta [o imperativo da lucratividade] que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações” (MESZAROS, 2011, p. 662). As necessidades humanas são, nesse sentido, facilmente subjugadas às necessidades da produção, “que

correspondem diretamente ao interesse de salvaguardar a expansão do capital. ” (MÉSZÁROS, 2011, p. 663).

Apesar do dinamismo que a predominância do valor de troca sobre o valor de uso trouxe para o capitalismo, sua reprodução ampliada não pode seguir para sempre sem encontrar barreiras. A busca pelo aumento da produtividade é imprescindível e muito vantajosa para os capitalistas de maneira individual. No entanto de maneira global, essa constante implementação de novas técnicas desencadeia a diminuição do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, diminuindo conseqüentemente seus valores, e acarretando uma queda tendencial da taxa de lucro.

A crise estrutural do capital nada mais é que uma crise de produção e realização dos valores impulsionada pela lei tendencial da queda da taxa de lucro em decorrência do aumento da composição orgânica do capital. O aumento da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento do investimento em máquinas e a menor utilização de força de trabalho, faz com que menos valor seja embutido em cada unidade de mercadoria, sendo necessário a produção de um excedente cada vez maior para que se obtenha lucros crescentes. Esse excedente cada vez maior engendra uma dinâmica de difícil solução para os capitalistas.

O que se gesta a partir desta dinâmica é uma crise de subconsumo. Isso porque essas mercadorias ainda precisam ser realizadas na esfera da circulação, ser vendidas, para que seus valores retornem para os capitalistas. Ao passo que cresce esse excedente, mais barreiras encontra para se realizar plenamente. Por mais que o aumento da produtividade altere o padrão de consumo dos seres humanos, ainda encontra barreiras na sua realização. Ainda como subproduto dessa mudança na composição orgânica do capital temos a diminuição do emprego de mão de obra, de força de trabalho humana, o que resulta num cenário de desemprego estrutural, dificultando ainda mais a realização desse excedente (cada vez maior) produzido.

A procura desenfreada pelo consumo desse excedente acarreta dinâmicas que parecem beirar a irracionalidade, dinâmicas como a destruição criativa e a produção destrutiva. Isto porque não existem para satisfazer nenhuma necessidade humana, mas sim as necessidades do capital, de sua reprodução ampliada. É nesse cenário, de capitalismo avançado, em que se faz necessário o aumento da rotatividade do capital, que surgem fenômenos como a inversão da taxa de utilização decrescente, a obsolescência programada e o crescimento gigantesco do complexo industrial militar.

A América do Sul com seus aproximados 18 milhões de quilômetros quadrados dotados de um vasto potencial de riquezas naturais mostrou-se território imprescindível para a reprodução do capital nessa quadra histórica particular marcada por uma crise estrutural. E em resposta às novas necessidades do grande capital, o subcontinente passou, a partir da crise do final da década de 1960, por um reordenamento produtivo, político e territorial.

A forma como as economias dependentes são organizadas, está condicionada pelas necessidades das economias das grandes potências capitalistas. A busca por mercadorias para abastecer essa produção exponencial engendrou na periferia o fim do paradigma industrialista e configurou um neoextrativismo predador que requer uma base material de infraestrutura para extração, transformação e escoamento dessa matéria-prima. É com esse objetivo que a Iniciativa de Integração Regional Sul Americana surgiu no fim da década de 1990, início dos anos 2000, como um megaprojeto de integração regional, de planificação territorial de tipo neoliberal, para atender as necessidades e requerimentos da demanda externa.

No momento de sua criação imperava no subcontinente sul americano a doutrina política e econômica neoliberal, oriunda da normativa do Consenso de Washington.

O neoliberalismo, implementado logo ao final das ditaduras civis militares sul americanas, emprestou uma série de princípios orientadores para a Iniciativa que possui uma visão instrumentalista, utilitarista, da natureza e de seus habitantes. Em outras palavras, a IIRSA, inserida na perspectiva da política econômica neoliberal tem, desde sua criação, como objetivo promover a integração regional no sentido de facilitar a exportação dos recursos naturais como água, hidrocarbonetos, petróleo, madeira, minérios, grãos e etc. para abastecer essa produção irracional até os centros econômicos globais.

Para promover tal integração os organismos multilaterais, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), desenvolveram um Plano de ação, para tornar possível a integração do continente no período de uma década.

Esse plano de ação estratégico apresentado em 2000 é, na verdade, uma reelaboração de um estudo encomendado em 1996 por Fernando Henrique Cardoso, que relacionava a localização das reservas de bens naturais do subcontinente, com a criação de infraestrutura, participação no comércio internacional e desenvolvimento. Esse estudo, elaborado por Eliezer Batista e financiado pelo Corporação Andina de Fomento (CAF),

que relaciona a localização das riquezas naturais existentes com a criação de uma infraestrutura orientada para a exportação, denuncia o caráter extrativista em conformidade com os interesses do grande capital.

Apesar das transformações políticas acarretadas pela onda rosa, fenômeno em que uma série de governantes “progressistas” assumem os cargos de chefe de Estado ou de governo na América latina, nos primeiros anos do século XXI, a IIRSA não altera essencialmente seu modo de funcionamento. Ela se mantém como um projeto que busca adequar técnica e espacialmente o espaço geográfico para facilitar uma eficiente e acelerada exploração dos recursos naturais. Ela continua como um projeto de caráter extrativista no qual as necessidades da produção de valores de troca se sobrepõe às necessidades humanas. Ou seja,

mesmo com as mudanças ocorridas no século XXI, jamais teria levado em consideração outras visões sobre homem/natureza, ou se preocupado em dialogar com os povos originários e integrar no seu planejamento suas culturas, modos de vida ou cosmovisões latino americanas. (BOFF, 2015).

Para Zibechi, por mais diversos que tenham sido os governos “progressistas”, neodesenvolvimentistas, da virada do século XXI na América do Sul, eles tiveram ao menos quatro questões em comum, sendo elas

o fortalecimento/reposicionamento do Estado, a aplicação de políticas sociais compensatórias como eixo das novas governabilidades, o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e a realização de grandes obras de infraestrutura (ZIBECHI e MACHADO, 2017, p. 14)

É ainda nesse novo contexto político que a IIRSA foi incorporada à União das Nações Sul Americanas, UNASUL, e passa a fazer parte do Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento, COSIPLAN, como seu fórum técnico. A incorporação da IIRSA pelo COSIPLAN significou mudanças na responsabilidade pela direção da integração infraestrutural da região.

Sob a condução do COSIPLAN os Estados passam a ser os principais agentes na condução do processo de integração a partir de seus investimentos. Esse protagonismo do Estado na integração conferiu um caráter político estratégico para a integração infraestrutural e para a seleção de projetos.

Durante os governos neodesenvolvimentistas sul-americanos a IIRSA foi aprofundada como projeto de desenvolvimento nacional. A sua carteira de projetos foi duplicada entre os anos de 2004 e 2015 e os investimentos saltaram para cerca de 200 bilhões de dólares, o que significa que quadruplicou nesse mesmo período. É importante

destacar que esse incremento expressivo de investimentos se deu pela incorporação dos Estados na participação do financiamento dos projetos da iniciativa.

Todavia, se não havia ficado claro o papel do Estado no modo de produção capitalista, aqui esta questão poderá ser visualizada de maneira cristalina. Os Estados capitalistas sul-americanos ao investirem em infraestrutura assumem o papel de impulsionar a acumulação das empreiteiras que construirão as obras dos eixos, bem como a acumulação dos setores econômicos que farão uso delas posteriormente.

A IIRSA/COSIPLAN conta atualmente com 562 projetos nas áreas de transporte, energia e comunicação, divididos entre as fases de estudo, pré-execução, execução e os que já tiveram sua conclusão. Tais 562 projetos estão divididos entre os 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento que se sobrepõe, interconectam e configuram a Iniciativa. Cada um desses Eixos possui projetos específicos formulados para melhor explorar suas características e capacidades naturais.

Os Eixos de Integração e Desenvolvimento, (EID), são áreas geográficas e produtivas multinacionais correspondentes, semelhantes. Para Ana Esther Ceceña, “o território sul americano tem sido subdividido de acordo com as suas virtudes econômicas e estratégicas.” (CECEÑA et al., 2007, p. 18, tradução nossa). E “no total fora desenhado oito eixos transversais e dois longitudinais, com um enfoque profundamente estratégico” (CECEÑA et al., 2007, p. 18, tradução nossa).

Esses eixos são, Eixo Amazonas, Eixo Andino, Eixo Andino do Sul<sup>3</sup>, Eixo Capricórnio, Eixo do Sul, Eixo Escudo Guayanés, Eixo Hidrovia Paraná-Paraguai, Eixo Interoceânico Central, Eixo Mercosul-Chile e Eixo Peru-Brasil-Bolívia.

---

<sup>3</sup>Não consta na Carteira de Projetos da IIRSA/COSIPLAN qualquer informação sobre os projetos que serão viabilizados neste eixo pois a metodologia de planificação territorial indicativa ainda não fora aplicada nesta zona multinacional.



Mapa 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Uma breve análise da disposição dos eixos, recursos naturais disponíveis, número de projetos e montante de investimentos poderá ilustrar melhor o caráter neoextrativista da iniciativa que opera em consonância com as necessidades do grande capital.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazonas

O Eixo Amazonas, corresponde à maior zona multinacional da carteira de projetos e, segundo documentos oficiais, essa zona corresponde a 45% do território sul americano partindo desde o oceano atlântico, no nordeste brasileiro, até o oceano pacífico, na costa oeste dos Estados da Colômbia, Equador e Peru. Esse eixo conta com 70 projetos e um investimento de aproximadamente 27,5 bilhões de dólares.

Mapa 2 - Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazonas



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

O EID Amazonas é importantíssimo pois, como observa Ana Esther Ceceña,

Este faixa territorial concentra ao redor de 40% da biodiversidade do planeta e entre 15 e 20% da água doce não congelada. Além do carvão que contém em seu subsolo, é uma fonte incalculável de biomassa. Seu potencial de utilização produtiva é enorme e muito variado. A via de interconexão, então, tem como objetivo penetrar nas riquezas da selva amazônica, dirigindo-as até os oceanos (CECEÑA, 2007, p.23, tradução nossa)

Para além desses dados que traz a autora, essa faixa territorial contém, segundo o relatório da US. Geological Survey de 2014, expressivas reservas de minério de ferro, nióbio e cobre. São também, esses países que configuram o eixo, os 4 países com maior biodiversidade do planeta e a bacia amazônica, neles situada, apresenta metade das selvas tropicais do globo, e uma gigantesca quantidade de fauna e flora.

A existência de tamanha abundância e diversidade de riquezas naturais faz desse eixo o mais importante para as novas dinâmicas da reprodução do capital estimuladas pela queda da taxa de lucro. Essa nova fase do capitalismo, de crise contínua, impulsiona o avanço cada vez mais ferrenho das forças capitalistas na floresta, e o que se dá nessas regiões é uma ampliação das fronteiras da acumulação do capital com roubo de territórios para uma acumulação primitiva, acumulação por despojo, que ameaça todo o ecossistema, as populações originárias que a ocupam e, conseqüentemente, toda a humanidade.

Dos 70 projetos destinados ao EID Amazonas, 69 são projetos de infraestrutura no setor de transportes e apenas 1 se insere no setor de geração de energia. De acordo com a carteira de projetos do IIRSA/COSIPLAN, são 21 projetos de pavimentação, ampliação e construção de estradas, 18 projetos de transporte fluviais que vão desde o melhoramento da navegabilidade de rios, conexão entre diferentes hidrovias, construção de redes de terminais fluviais, até a modernização de portos, 10 projetos ferroviários, 8 projetos de ampliação e modernização e construção de portos marítimos, 4 projetos de construção e modernização de aeroportos, 6 projetos multimodais e 2 projetos relacionados à adequações de postos fronteiriços.

Toda essa infraestrutura que busca abrir um sulco na porção mais setentrional, do subcontinente, de leste a oeste, servirá de base material para realização de uma acumulação por despojo, para o saque capitalista, para a consolidação do neoextrativismo e para o desenvolvimento de setores econômicos como a mineração, e o agronegócio, legais ou não, que vem se instalando na região.

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Andino, por sua vez, conta em sua carteira de projetos, com 65 empreendimentos infraestruturais. Dentre esses 51 podem ser classificados como projetos de transporte, enquanto que 14 são projetos do setor energético. Para a realização desse número de projetos a inversão estimada é de aproximadamente 28,15 bilhões de dólares.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Andino

O Eixo Andino abarca os territórios da Venezuela contornando toda a porção noroeste do continente até o ponto mais austral da Bolívia, onde faz fronteira com a

Argentina. Toda essa porção de terra, que compreende desde as costas do mar do caribe, na Venezuela e Colômbia, até o sul da Bolívia, corresponde a cerca de 16% do território sul americano numa área de 2.351.134 quilômetros quadrados.

Mapa 3 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Andino



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

De acordo com Ana Esther Ceceña, esse expressivo montante se dá porque região conta com grandiosas reservas de gás natural, petróleo e derivados, minerais metálicos

como ferro, bauxita, cobre, bronze, metais raros, metais preciosos como ouro e prata e carvão.

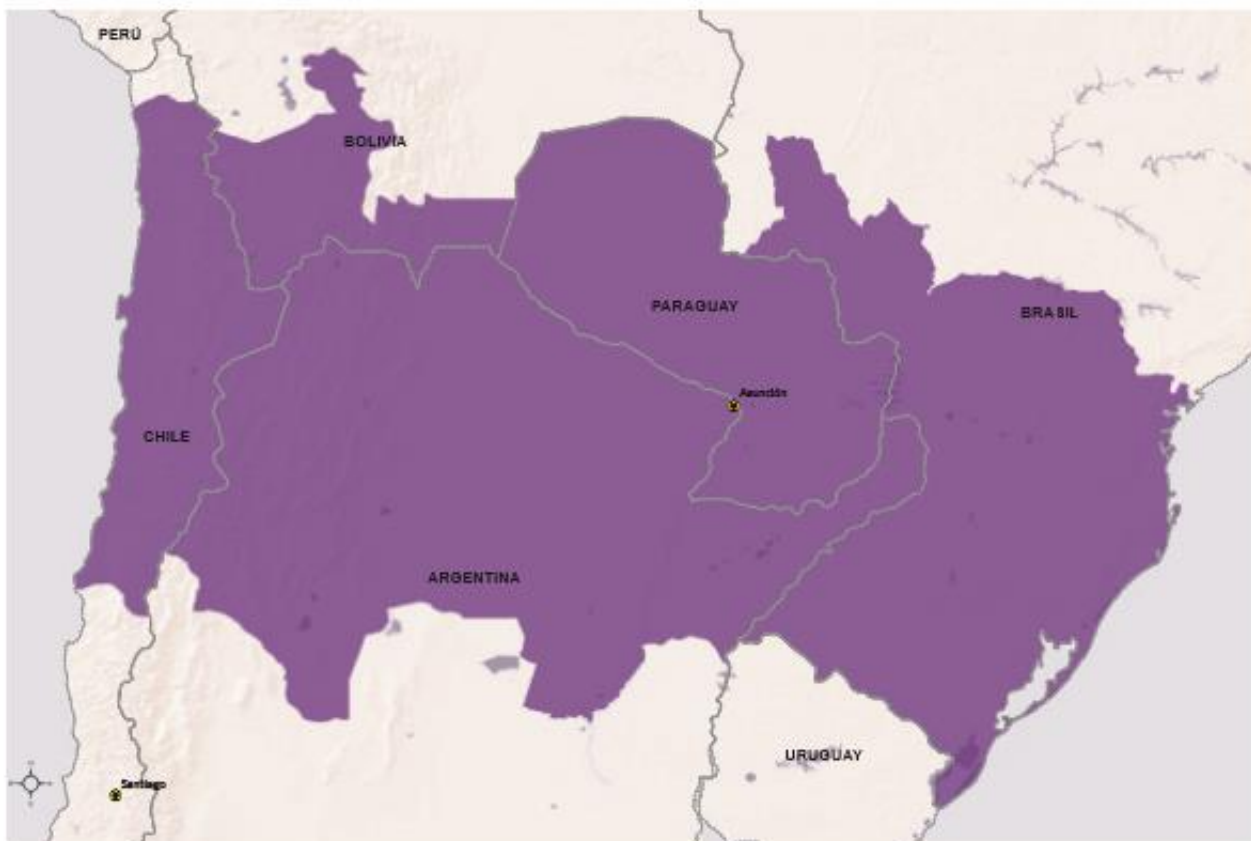
Todas essas mercadorias são de extrema importância para a indústria pesada dos países centrais e para o abastecimento do complexo militar-industrial. Ainda, a dependência do petróleo na produção de energia e de mercadorias, impõe a esse eixo um caráter estratégico. Por isso existe um amplo esforço na construção de infraestrutura nessa porção de terras. Dos 51 projetos de infraestrutura no setor de transportes, 35 deles se dão na construção, ampliação e pavimentação de rodovias para conectar esses aproximados 2 milhões de quilômetros quadrados, 2 projetos, quando concluídos serão responsáveis por interligar zonas produtivas nos territórios através da criação de trens elétricos de carga. A carteira ainda conta com 1 projeto no setor de transportes fluvial, e 12 projetos de construção e modernização de postos de fronteira entre os países em regiões estratégicas.

Para nutrir energeticamente esse extrativismo e beneficiar as indústrias pesadas presentes nesses rincões foram pensados 5 projetos de geração energética com a construção de termoeletricas, hidroelétricas e exploração de energia geotérmica e eólica, e ainda 9 projetos para uma interconexão energética desses espaços.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Capricórnio

Ao sul do eixo Andino se configura o Eixo de Integração e Desenvolvimento Capricórnio. Este Eixo corta o a América do Sul de costa a costa cobrindo cerca de 2.680.308 km<sup>2</sup> do território do subcontinente, se estendendo desde a região norte do Chile, a região andina boliviana, o norte da Argentina, todo o território do Paraguai, até parte do Mato Grosso do Sul e toda a região sul do Brasil.

Mapa 4 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Capricórnio



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Sob a área de influência do EID Capricórnio, segundo documentos oficiais da IIRSA/COSIPLAN, são 77 projetos distribuídos sobre 15% de território estratégico do subcontinente que custarão cerca de 15,851 bilhões de dólares. Nesse eixo, assim como em todos os outros, pode-se constatar a superioridade do número de projetos no setor de transportes. Isso porque essa região é produtora de uma série de commodities que precisam chegar aos seus mercados finais. Segundo Ceceña a área de influência deste eixo é uma das regiões com maior abundância de jazidas de gás no território boliviano, uma importante zona produtora de petróleo na fronteira entre Argentina e Bolívia, grandes jazidas de minerais metálicos no norte da Argentina e no Chile, extensa zona de agronegócio em todo o Paraguai, centro oeste brasileiro abrangendo norte do estado de Paraná e um polo industrial no Rio Grande do Sul e ainda uma enorme reserva de água subterrânea com o Aquífero Guaraní. Ana Esther aponta para “a combinação de desenvolvimento industrial, água, gás, petróleo e metais que se estende aos seus lados sobre o curso deste eixo a outorga um caráter especial dentro de todo o projeto IIRSA” (CECEÑA et al., 2007, p 27, tradução nossa)

Dos 77 indicados na carteira de projetos, 74 são projetos do setor de transportes, sendo 42 destes projetos designados para a construção, ampliação e pavimentação de rodovias, 14 para construção ampliação e reparo de corredores ferroviários, 4 projetos destinados a ampliação e adequação dos portos chilenos de Antofagasta, Mejillones e do porto brasileiro de Paranaguá, 3 projetos no setor de transporte fluvial no rio Paraguay, 9 projetos de adequação e modernização de postos de fronteiras dos países e ainda 1 projeto de construção do complexo multimodal “Resistencia – Corrientes”.

Para alimentar todo esse neoextrativismo facilitado pela construção dessa rede extensa de infraestrutura e o parque industrial instalado nesses territórios, existe ainda na carteira de projetos deste eixo 3 projetos no setor energético. Esses três projetos são de interconexão energética devido à grande capacidade de produção de energia na área pela presença da usina hidrelétrica de Itaipu.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento do Sul

Este eixo cobre cerca de 4% do território da América do Sul numa área de 686.527 km<sup>2</sup> que corresponde ao norte da patagônia argentina e chilena. A área de influência deste eixo, segundo o documento Cartera de Proyectos do IIRSA/COSIPLAN, vai desde o porto de Bahia Blanca, no atlântico, até os portos chilenos localizados no pacífico, cruzando a região dos pampas argentinos, da Patagônia e a cordilheira dos Andes.



Mapa 5 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento do Sul



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

A matriz econômica da região sob a qual se estende este eixo se assenta na pesca, no agronegócio, na mineração, na geração de energia elétrica e na exploração de petróleo. E segundo Ceceña “ O interesse nessa área parece estar sobretudo dirigido a exploração mineral real e potencial, posto que se presume a existência de urânio e terras raras nesta zona, mas simultaneamente, ao aproveitamento da água, das terras e do clima. ” (CECEÑA et al., 2007, p 47, tradução nossa).

Esse EID conta com 45 projetos e um investimento estimado de aproximadamente 4,4 bilhões de dólares. Desse montante 42 são projetos do setor de transportes. Sendo 30 deles de caráter rodoviário na ampliação, modernização, pavimentação e construção de rodovias que possibilitem a interconexão desses polos produtivos até os portos. 3 projetos ferroviários, todos no território argentino. 6 projetos de infraestrutura de ampliação, modernização e otimização em 4 portos argentinos (no atlântico), de Bahia Blanca, de Madryn, de Rawson e de Comodoro Rivadavia, e em 2 portos chilenos (no pacífico), de



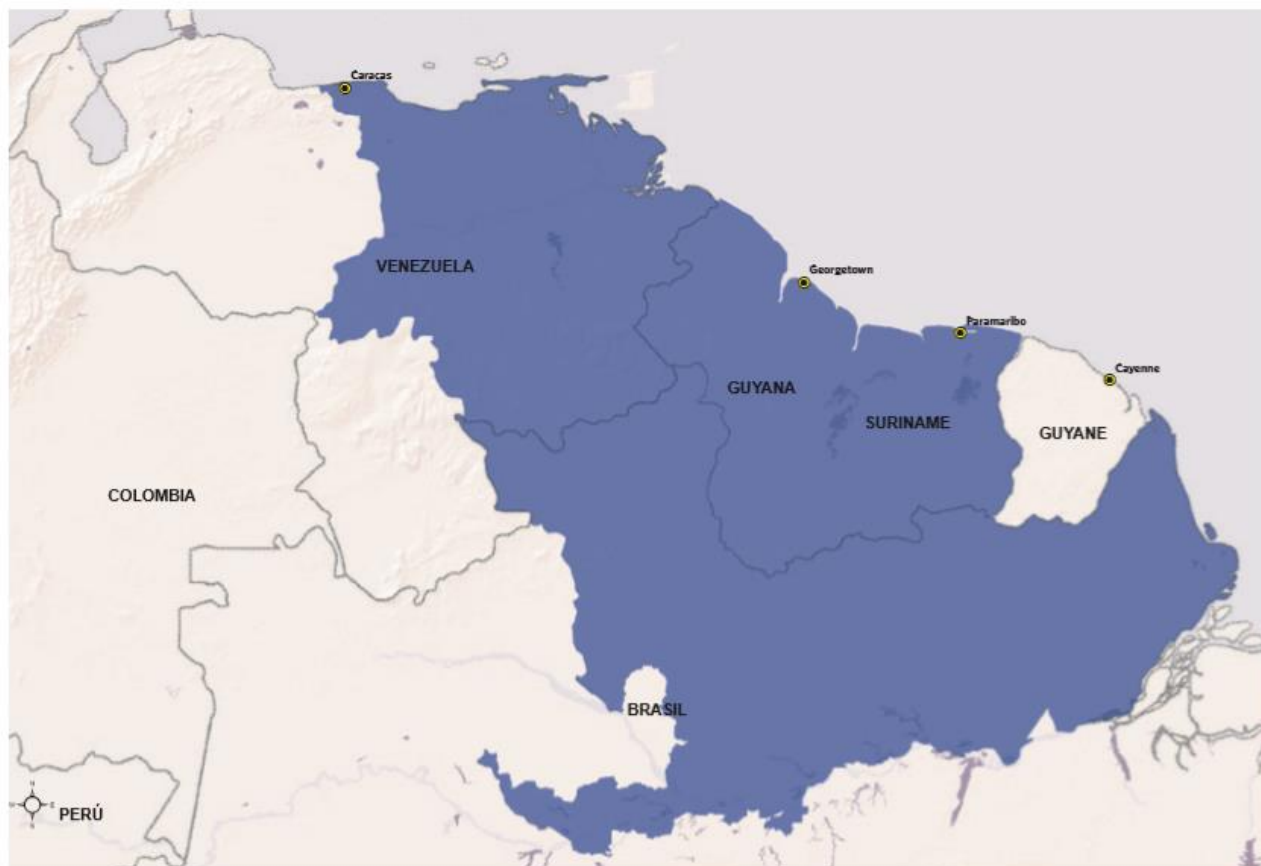
Talcahuano e Varas. E ainda um projeto de modernização e adequação de posto de fronteira.

Os demais 3 projetos estão circunscritos no setor de energia, na interconexão desses polos de geração de energia, facilitando a construção dessa rede de infraestrutura e favorecendo as empresas extrativistas da região.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Escudo Guayanés

Milhares de quilômetros ao norte, configura-se o Eixo de Integração e Desenvolvimento Escudo Guayanés. Este eixo inclui 4 países distintos, sendo eles, Brasil, Suriname, Guiana e Venezuela. O eixo cobre cerca de 9% da região de todo o subcontinente, cerca de 1.603.645 km<sup>2</sup>.

Mapa 6 – Mapa área de influência Eixo de Integração e Desenvolvimento



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017

Esta faixa de terras, segundo Ceceña, conta com abundantes reservas de petróleo, bauxita, ouro, ferro, gás, madeiras, biodiversidade e água doce. E para além disso, ainda conta com uma região produtora de bens com alto valor agregado localizada sobretudo em Manaus.

Sem fugir à regra, a maior parte dos 20 projetos planejados para este EID, se circunscrevem no setor de transportes, sendo 13 destes de construção, ampliação e pavimentação de rodovias que interligam as regiões, 1 via férrea interconectando dois portos venezuelanos, 3 projetos de ampliação de portos e 1 projeto de modernização e adaptação de postos de fronteira.

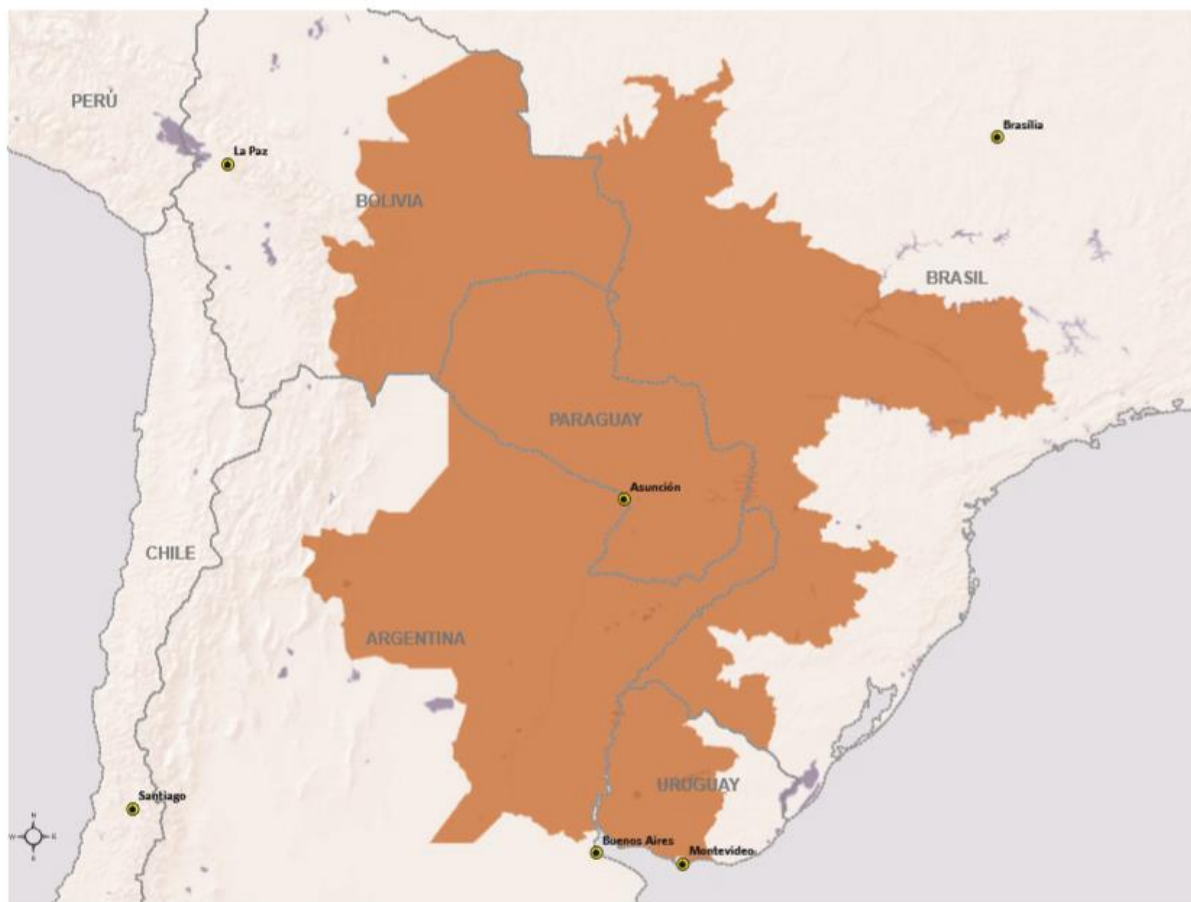
Há ainda um importante projeto no setor energético, a implementação do gasoduto Venezuela-Guiana-Suriname e um projeto de comunicação com a implementação de cabos de fibra ótica conectando o norte do Brasil à Venezuela. Todos estes 20 projetos totalizam uma inversão de aproximadamente 4,6 bilhões de dólares.

De acordo com o estudo realizado pela REDES- AMIGOS DE LA TIERRA URUGUAY em 2006, este eixo tem como principais funções conectar energeticamente os países que fazem parte dele e permitir, através de melhorias nas rodovias que cruzam o território do Eixo e o conectam com os Eixo Andino e Amazônico, um escoamento da produção para os países da União Europeia através do mar do Caribe.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Hidrovia Paraná-Paraguay

Em torno das bacias dos rios Paraná, Paraguay e Uruguay, cobrindo cerca de 4.201.862 km<sup>2</sup>, configura-se o Eixo de Integração e Desenvolvimento Hidrovia Paraná-Paraguay. Este eixo abarca regiões que tem alguma proximidade e vínculo econômico com as bacias destes rios, no Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Mapa 7 – mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Hidrovia Paraná-Paraguay.



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Estes rios são de extrema importância para a região pois são caminhos de transporte para as mercadorias produzidas nesta zona. As bacias dos rios Paraná, Paraguay e Uruguay desembocarão na bacia do rio da Plata, dando livre acesso aos mercados internacionais através do oceano atlântico.

Os projetos deste eixo, tal qual os demais, são majoritariamente do setor de transportes, mas diferente de todos os outros EIDs, o subsetor rodoviário não é o subsetor preponderante. Dos 84 projetos destinados à esta área, 75 deles são projetos de infraestrutura de transportes. De acordo com os documentos oficiais de 2017 da IIRSA/COSIPLAN, 21 destes projetos foram pensados para promover a pavimentação, ampliação e construção de rodovias, 11 projetos foram formulados para a construção, reconstrução, reabilitação e conexão de vias férreas, 1 projeto de ampliação e reabilitação de um aeroporto argentino localizado na bacia do rio Uruguay e 3 projetos multimodais para melhorar a acessibilidade, o acesso, à hidrovia. A carteira ainda conta com 39 projetos no subsetor fluvial que visam aumentar a capacidade de transporte de

mercadorias produzidas na área de influência do eixo, através dos rios, facilitando a vinculação dessas mercadorias ao mercado mundial.

Os projetos deste eixo ainda contam com 7 inscritos no setor de energia e 2 projetos de interconexão de comunicações.

Todo este esforço na construção de tal malha, fluvial, rodoviária e férrea se dá para minimizar os custos e o tempo de transporte dos produtos da atividade agroindustrial que Ana Esther Ceceña atribui como o motor da hidrovia.

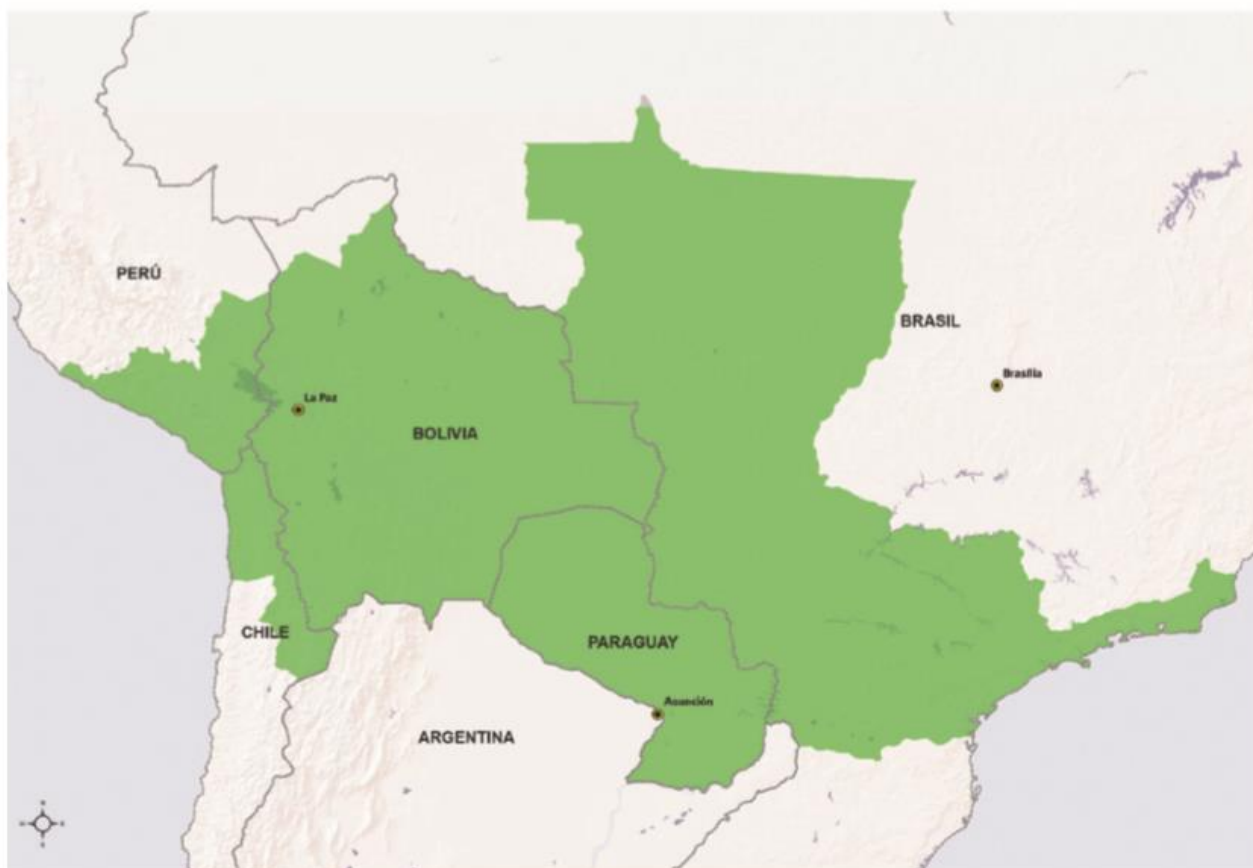
A opção pelo transporte fluvial se dá pela abundância de rios, obviamente, e pelos baixos custos dos projetos de infraestrutura fluviais em comparação com os onerosos projetos rodoviários. Isso pode ser expresso na comparação com os números dos outros eixos, o EID Hidrovia Paraná-Paraguay conta com 84 projetos e um investimento de aproximadamente 7,5 bilhões de dólares, o que significa que é o segundo eixo com mais projetos e um dos eixos com menor investimento, ficando atrás apenas do EID do Sul e Escudo Guayanés, que contam com 42 e 20 projetos respectivamente e inversões de 4,4 e 4,6 bilhões de dólares.

O EID Hidrovia Paraná-Paraguay é o segundo maior eixo da iniciativa e de extrema importância para os interesses do grande capital central pois sua localização está configurada em correspondência com grandes jazidas de minerais e combustíveis fósseis, com zonas com intensa atividade agroindustrial que são imprescindíveis para o abastecimento da produção cada vez maior, em resposta à tendência da queda da taxa de lucro, e do complexo industrial militar.

#### Eixo de Integração e Desenvolvimento Interoceânico Central

Com 63 projetos e um montante de 19,9 bilhões de dólares, temos o Eixo de Integração e Desenvolvimento Interoceânico Central. Este EID cobre a superfície de 2.881.860 km<sup>2</sup> de territórios brasileiros, bolivianos, chilenos, paraguaios e peruanos.

Mapa 8 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Interoceânico Central



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Este eixo tem orientação transversal e corta o continente de leste a oeste vinculando e sobrepondo-se a territórios cujas matrizes econômicas são bastante distintas. No interior dos limites de sua área de influência encontram-se regiões primordialmente agroindustriais, especializadas, segundo Ceceña, principalmente na produção de grãos, oleaginosas, cana de açúcar, carnes e laticínios, bem como regiões especializadas na extração de minerais como gás natural, carvão, cobre, estanho ferro, lítio, potássio, ouro, prata, zinco e etc. E ainda regiões em que se destacam atividades industriais com um elevado grau tecnológico, turísticas e financeiras.

Neste EID, estão projetados a implementação de 59 projetos de infraestrutura no setor de transportes, sendo 32 destes pertencentes ao subsetor rodoviário, 6 pertencentes ao subsetor ferroviário, 5 destes relacionados a ampliação e melhoria de portos, 6 projetos que visam ampliação e aprimoramento de aeroportos no Chile, Bolívia, Peru e Paraguai, 2 projetos multimodais e ainda 2 projetos de adequação e aprimoramento de postos de fronteira. Todos estes projetos foram pensados para possibilitar a conexão das áreas centrais do eixo, essencialmente produtoras de bens com baixo valor agregado, às costas

dos oceanos pacífico e atlântico, bem como o escoamento de bens com alto valor agregado das regiões industriais, principalmente do sudeste brasileiro, do eixo às áreas com menor grau de desenvolvimento industrial e a todo subcontinente mediante às suas interconexões com os demais eixos.

O EID ainda conta com 2 projetos de infraestrutura no setor energético que somam um montante de 32 milhões de dólares e o mesmo número de projetos de interconexão de comunicações que somam 14 milhões de dólares.

#### O Eixo de Integração e Desenvolvimento Mercosul-Chile

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Mercosul-Chile, por sua vez, é o EID com o maior número de projetos e estimativa de investimentos da Iniciativa. A sua carteira conta com 115 projetos distribuídos entre transporte, energia e comunicação, que estão distribuídos por territórios argentinos, brasileiros, paraguaios, chilenos e todo o território uruguaio, e um total de aproximadamente 58,5 bilhões de dólares.

Mapa 9 – Mapa da área de influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Mercosul-Chile



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

Segundo dados oficiais do IIRSA/COSIPLAN, o EID cobre uma região de aproximadamente 3.216.625 km<sup>2</sup>, cerca de 18% do território da América do Sul. Conforme o estudo da organização REDES- AMIGOS DE LA TIERRA URUGUAY, realizado em 2006, esta vasta franja territorial conta com regiões de matriz econômica e produtiva muito distintas, se encontram centros industriais de grande importância, assim como, as áreas agrícolas mais produtivas do mundo. Ceceña aponta que

Entre seus produtos atuais destacam-se os bens primários (chamados commodities): cereais, oleaginosas, hortaliças, frutas, carnes, soja, peles, couros, madeira, peixes, minerais metálicos e não metálicos, petróleo e gás, algodão, tabaco, café; os das agroindústrias: florestal, madeireira, papel, alimentos, bebidas, sucos, lácteos, vinhos; e os industriais: aeronáutica, automotriz, metalmeccânica, petroquímica, materiais de construção, metalurgia-siderurgia y alumínio, eletrodomésticos, têxtil, confecções, borracha e plásticos. (CECEÑA et al., 2007, p 35, tradução nossa.)

Desses 115 projetos idealizados, 96 se inscrevem no setor de transportes, sendo 55 destes destinados à construção, ampliação, reabilitação e pavimentação de rodovias, 8 deles compreendem esforços de modernização e ampliação de aeroportos, 6 de reabilitação, aprimoramento e reconstrução de linhas férreas, 7 destinados a melhoria da navegabilidade e dos portos dos rios, 9 destes buscam por ampliar e modernizar os portos marítimos nas costas do atlântico e do pacífico e ainda 2 projetos multimodais. Todo esse esforço de construção de infraestrutura é para fazer com que as commodities e os bens com baixo valor agregado atinjam de maneira facilitada e abaratada seus mercados finais e ainda que os bens com maior valor agregado produzidos nos grandes centros inscritos neste eixo, bem como seus serviços, possam atingir todo o mercado local e regional através dos pontos de conexão entre os eixos da iniciativa.

Ainda neste EID foi projetado 18 projetos de infraestrutura no setor energético. A construção dessas obras de infraestrutura, a presença de grandes centros urbanos e industriais, bem como da agroindústria, cria uma grande necessidade de energia elétrica que poderá ser mais que compensada pelos 12 projetos de geração de energia através da construção de termoeletricas e hidroeletricas, e 6 projetos de interconexão energética a partir da construção de linhas de transmissão, gasodutos e etc. Por fim o último projeto se inscreve na área de comunicação interconectando cada vez mais esses territórios.

Por fim, temos o Eixo de Integração e Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia. Este EID se localiza nos territórios dos três países que lhe emprestam seus nomes e ocupa uma região de aproximadamente 1.159.500 km<sup>2</sup> dotada de impressionantes riquezas biológicas, minérios, petróleo e vasto potencial energético.

Mapa 10 – Mapa da área de Influência do Eixo de Integração e Desenvolvimento Peru-Brasil-Bolívia



Fonte: Cartera de Proyectos IIRSA/COSIPLAN 2017.

As atividades econômicas predominantes nesta região são a produção agrícola, pecuária, florestal, mineira, têxtil, energética, agroindustrial e turística. No entanto a construção de infraestrutura no eixo não se daria para possibilitar apenas o trânsito dessas mercadorias produzidas na região. A interconexão com o eixo amazônico e com o rio Madeira possibilitaria a criação de um canal de exportação das mercadorias brasileiras até os mercados asiáticos através da costa peruana e outorga a esse EID um caráter estratégico.

E esse caráter estratégico vai ser expresso no montante investido nas obras nessa franja. Apesar de possuir apenas 24 projetos de infraestrutura, sendo o segundo EID com menor número de projetos propostos, ficando atrás apenas do EID Escudo Guayanés, possui o segundo maior orçamento de investimentos da carteira, um montante de aproximadamente 32,6 bilhões de dólares.

Essa inversão é distribuída entre 19 projetos de infraestrutura no setor de transportes, dos quais 10 são destinados à construção, ampliação e reabilitação de rodovias na região, 3 deles foram designados para melhorar o transporte aéreo peruano,

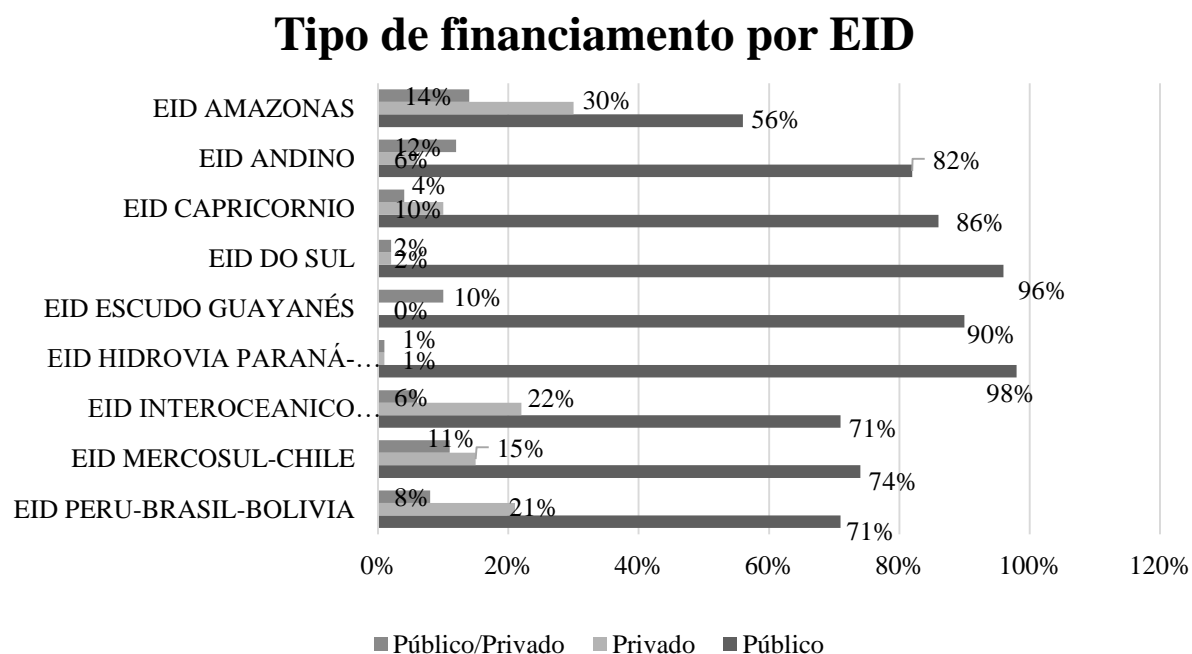


com o aperfeiçoamento dos aeroportos de Arequipa e Puerto Maldonado e ainda com a construção do aeroporto internacional de Chinchero, Cusco. A carteira ainda conta com 3 projetos de adequação de postos de fronteira e 3 projetos no subsetor fluvial criando hidrovias nos rios Madre de Dios e Mamoré e melhorando a navegabilidade do rio Beni.

Neste eixo, diferente dos demais, o “grosso” dos investimentos encontra-se no setor energético. São 5 projetos, 3 projetos de geração de energia e 2 de interconexão energética, que somam aproximadamente 28,2 bilhões de dólares. Dentre esses projetos destaca-se a construção do complexo hidrelétrico do rio Madeira (composto pelas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, as quais são de extrema importância para o abastecimento energético do Brasil, mas que trazem consigo preocupantes impactos socioambientais) que já fora concluído e sozinho custou cerca de 18,2 bilhões de dólares.

Para a construção desses 562 projetos distribuídos nesses eixos de acordo com os interesses do capital, a IIRSA/COSIPLAN conta com investimentos públicos e privados que somam cerca de 200 bilhões de dólares. De acordo com os dados oficiais dispostos na carteira de projetos da iniciativa formulada em 2017, aproximadamente 69 bilhões de dólares não provêm de fontes públicas. Esse montante de investimentos origina-se de fontes privadas não especificadas, organismos multilaterais e de bancos privados.

Gráfico 3- Gráfico da porcentagem de investimentos de tipo Público, Privado e Público/Privado por eixo.



Fonte: Elaboração nossa a partir dos dados da Carteira de Projetos IIRSA/COSIPLAN 2017.

É de extrema importância destacar aqui que o escopo dos beneficiados por essa iniciativa, não é uma grande parcela da população sul-americana. Na verdade, o escopo de seus beneficiados é bastante reduzido figurando os donos das grandes construtoras que participarão da realização dessas obras, aqui cabe destacar as empresas brasileiras Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS e Andrade Gutierrez – as chamadas quatro irmãs –, que tiveram entre 2004 e 2015 crescimentos exponenciais, os setores econômicos que utilizarão esses canais de escoamento ou fontes de energia, comandados por empresas nacionais ou transnacionais, e os capitais internacionais que enviam capital na forma de empréstimos para a construção dessas obras de forma direta, ou indireta, que serão muito bem remunerados através do pagamento dos juros.

A economia Latino-americana passa, desde a década de 1970, por uma reestruturação produtiva que se intensifica com o aumento dos preços das commodities sobretudo na primeira década do século XXI, e a criação da IIRSA/COSIPLAN se dá no sentido de aprofundar a dinâmica neoextrativista de produção desses bens com baixo valor agregado que geram mecanismos de transferência de valores no plano do comércio internacional.

A proposta de construir uma infraestrutura de integração regional capaz de alterar a condição de subordinação dos países sul-americanos é completamente ingênua ou cínica, e o que de fato se gesta dessa dinâmica é a intensificação da dependência através da reafirmação e intensificação desses mecanismos de transferência de valores.

A Iniciativa de Integração Regional Sul Americana não impulsiona através de seus projetos de construção de infraestrutura qualquer mudança estrutural para os países que a compõe no quadro da Divisão Internacional do Trabalho, na verdade ela só reforça aquilo que se propõe superar, a dependência.

A IIRSA não consegue devido as suas próprias características ser um vetor de desenvolvimento econômico, social e sustentável como fora vendida no Comunicado de Brasília. Por propiciar e impulsionar esses mecanismos de transferência de valores até o centro, a iniciativa provoca um aumento da superexploração do trabalho nas economias dependentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os antagonismos do capital têm se tornado cada vez mais vultuosos e, gestados a partir de suas próprias contradições mais inerentes, todas as tentativas de suplanta-los só tem os feitos crescer. A busca por suplantar uma crise de superprodução não pode ser solucionada na produção de cada vez mais mercadorias. A predominância do valor de troca sobre o valor de uso, que pode gerar esse grande dinamismo e estrondoso desenvolvimento humano desde a primeira revolução industrial – é certo que as custas de muitos – hoje, no capitalismo avançado, significa impedimento ao desenvolvimento humano e quiçá a possibilidade de sua completa destruição.

Enquanto a incessante busca pelo aumento da produtividade institui nas potencias capitalistas centrais o que tem se chamado de 4ª revolução industrial, na periferia tem significado a agudização da dependência. A tendência da queda da taxa de lucro engendra uma série de novas dinâmicas irracionais, do ponto de vista da realização das necessidades humanas, que tem imprimido no território do subcontinente sul-americano perversas marcas, afetando diretamente comunidades originarias, camponesas através do despojo, saque de territórios para a produção de commodities e superexploração da força de trabalho.

Após 18 anos de sua implementação da IIRSA/COSIPLAN o que se observa é que não pode ser uma alternativa emancipadora para os países que a compõe. A construção dessas obras infraestruturais tem beneficiado o capital transnacional atuante na região, as elites nacionais do setor primário exportador, o capital estrangeiro investido na carteira de projetos e os grandes capitalistas centrais pelo aprofundamento dos mecanismos de transferência de valor tanto no plano do comercio internacional, no intercambio desigual, quanto na remuneração dos capitais investidos, no pagamento de juros.

Para a classe trabalhadora e as comunidades originarias e camponesas, no entanto, o desenvolvimento do subdesenvolvimento tem sido muito caro. O discurso de apologia ao progresso e ao desenvolvimento, tão presente na fala dos governantes dos países sul-americanos, sobretudo os governos chamados progressistas, tem sido recorrente. No entanto, através da dimensão conciliatória dos seus projetos, tem sido possível a esses governos, durante um período curto de tempo manter a articulação de interesses explosivamente antagônicos, isto é, até a crise que eclodiu em 2008. Se em alguns casos, como o Venezuelano e o Boliviano, houve a ampliação de condições dignas de vida para as grandes maiorias, em outros, como Brasil e Argentina a conciliação foi possível através

de políticas públicas parciais e da retirada de seus direitos, com a privatização de setores como o de saúde e de educação, sobretudo para as camadas urbanas da classe trabalhadora. Cabe destacar que para as populações originárias, quilombolas, camponesas e ribeirinhas, a implementação desse modelo de desenvolvimento baseado no neoextrativismo tem sido muito mais danosa que para os trabalhadores urbanos que num contexto de desemprego estrutural mantem certa compatibilidade de interesses com os interesses da reprodução do capital.

Para os trabalhadores não urbanos, além dos conflitos diretos, a mineração e as grandes lavouras de monocultura com uso intensivo de agrotóxico têm expulsado populações inteiras de seus territórios e submetido estas à intoxicação pelo uso de componentes químicos em seus processos produtivos. A construção de barragens em rios, de hidrelétricas, de rodovias, ferrovias, tem forçado o deslocamento de comunidades de seus territórios tradicionais e significado um risco para os biomas do subcontinente. E a superexploração do trabalho segue sendo a base do regime de acumulação de capital na periferia.

Nesse cenário de crise estrutural, de acirramento das contradições do capitalismo, é nosso dever fazer uma análise crítica desses processos para que não caiamos nas falácias que nos são apresentadas como avanços para a classe trabalhadora dos países sul-americanos. A proposta de criação da IIRSA não nasce no continente nem minimiza os mecanismos de transferência de valor. Ela é gestada a partir dos interesses das grandes potências mundiais e suas respectivas unidades produtivas ou corporações transnacionais que podem exercer um comando através de organismos multilaterais como o BID que criou o plano de ação da iniciativa. Uma alternativa que se proponha emancipadora para os países dependentes não pode se dar do nosso ponto de vista dentro da lógica capitalista.

Neste trabalho, nosso objetivo foi de apontar os nexos causais entre esta fase singular do modo de produção capitalista, a crise estrutural do capital, e Iniciativa de Integração Regional Sul Americana. A análise da IIRSA/COSIPLAN pode nos mostrar qual será o papel do subcontinente nessa fase de capitalismo avançado marcada pela queda da taxa de juros, inversão da taxa de utilização decrescente, pela produção destrutiva e destruição produtiva.

A subordinação do valor de uso pelo valor de troca, na gênese do capitalismo, orienta toda a produção para a geração de riquezas e não para a satisfação das necessidades humanas. O movimento de acumulação do capital que força os capitalistas a acumularem montantes sempre crescentes de capital, faz com que expressem tanto

quanto puderem de mais-valia dos trabalhadores e o aumento generalizado da produtividade, decorrente da exploração da mais-valia relativa, resulta numa queda da taxa de lucro das personificações do capital. Essa queda da taxa de lucro vai afastar cada vez mais o objetivo da produção do atendimento das necessidades humanas. Na busca por sua realização ampliada o capital precisa aumentar a sua rotatividade e sem qualquer pressuposto moral inverte a proporção variável do tempo em que uma sociedade dedica à produção de bens utilizáveis por um curto período de tempo e bens que podem ser utilizados por mais tempo, ou seja, inverte a taxa de utilização decrescente das mercadorias. Passa a ser necessário então aumentar a velocidade de consumo das mercadorias, seja pela imposição artificial de necessidades de consumo, seja através do encurtamento deliberado da vida útil das mercadorias. A IIRSA e suas obras de infraestrutura se tornam estratégicas, se não essenciais, no sentido de suprir essa produção irracional através de um impiedoso neoextrativismo dos recursos naturais tão abundantes na América do Sul.

A crise estrutural do capital marca o esgotamento das possibilidades de superação da dependência dos países periféricos. Por isso para nós qualquer alternativa que não questione a esse modo de produção e suas mais essenciais particularidades não pode significar desenvolvimento autônomo para os países dependentes. E por isso a IIRSA/COSIPLAN não pode ser, como traz o discurso, um veículo para integração, fortalecimento e emancipação dos territórios da América do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: **PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, 2012. p. 87-102

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano** Florianópolis: Insular, 2015.

BOFF, Ricardo Bruno. **IIRSA e a (de)colonialidade do poder**. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal de Santa Catarina – Ufsc, Florianópolis, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência São Paulo: Expressão Popular**, 2011.

CECEÑA, Ana E; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de ladominación: Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)** Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

**COMUNICADO DE BRASILIA** (2000) Reunião de Presidentes da América do Sul

FOLADORI, Guillermo; MELAZZI, Gustavo; KILPP, Renato. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes** São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência, 1973. In: RUY MAURO MARINI vida e obra. São Paulo, 2011. p. 131-172

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Capital** São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital** São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia Política. Uma introdução crítica** São Paulo: Editora Cortez, 2016.

SWEEZY, Paul. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo**. Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.